**Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas**
**IBAP**

# Estratégia Nacional para as Áreas Protegidas e a Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau

## 2007 - 2011

**Bissau 2007**

## Siglas e Abreviaturas Utilizadas

AD – Acção para o Desenvolvimento (ONG)

AFAIOG -Associação de Filhos e Amigos de Orango Grande (ONG)

AP – Área(s) Protegida(s)

AEWA – Acordo Africano-Europeu para as Aves Aquáticas

CAIA – Célula para a Avaliação de Impactos Ambientais

CBD – Convenção sobre a Diversidade Biológica

CCD – Convenção de Combate à Desertificação

CIPA – Centro de Investigação Pesqueira Aplicada

CITES - Convenção sobre o Comercio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagens

CMS – Convenção sobre Espécies Migradoras

DIVUTEC – Divulgação de Tecnologias (ONG)

FBGB – Fundação para a Biodiversidade da Guiné-Bissau

FIBA – Fundo Internacional para o Banco de Arguin

FIAL – Fundo de Iniciativas Ambientais Locais

FISCAP - Centro de Fiscalização das Actividades da Pesca

GEF – Global Environment Facility

GPC – Gabinete de Planificação Costeira

IBAP – Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

MAFC – Ministério da Agricultura, Florestas e Caça

ODZH - Organização para a Defesa e o Desenvolvimento das Zonas Húmidas

ONG – Organização(ões) Não Governamental(ais)

PGBZCGB - Projecto de Gestão da Biodiversidade na Zona Costeira da Guiné-Bissau

PNLC – Parque Natural das Lagoas de Cufada

PNMJVP – Parque Nacional Marinho de João Vieira / Poilão

PNO – Parque Nacional do Grupo de Ilhas de Orango

PNTC – Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu

PRCM – Programa Regional de Conservação da Zona Costeira e Marinha na África Ocidental

RBBB – Reserva da Biosfera de Bolama – Bijagós

UCP – Unidade de Coordenação do Projecto

UICN – União Mundial para a Natureza

UNFCCC - Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

WI – Wetlands Internacional

WWF – Fundo Mundial para a Natureza

**Preâmbulo**

Fim de tarde numa praia guineense. Libertemo-nos por um momento da interminável pressa dos múltiplos afazeres dos nossos dias e sentemo-nos na areia, virados para o mar. Pequenas ondas desfazem-se na praia, revelando águas turvas, cheias de vida. Um vasto bando de pilritos, fuselos e maçaricos passa, voando rente à água. As aves alimentaram-se nos bancos expostos pela baixa-mar e recolhem agora para dormir, poisadas nas raízes dos tarrafes (mangais). São grandes viajantes, que nasceram no Árctico e sobrevoaram todas as costas europeias; alguns continuarão a viagem até à África do Sul. Há-os aqui às centenas de milhar. Também vindo dos bancos de areia e vasa, passa agora um grupo de mulheres que vão conversando e rindo, carregando à cabeça cestos cheios de combés (bivalves) que proporcionarão a toda a família uma fonte de proteína indispensável, a juntar ao arroz e ao óleo de palma. Recortado contra o vermelho do céu do final da tarde, vê-se um homem que recolhe um último cacho de chabéu (frutos de palmeira) para levar para casa. Uma águia-pesqueira, provavelmente vinda da Escandinávia, revolteia no ar. Na floresta, os chimpanzés constroem os seus ninhos de folhas e ramos frescos, para passar uma noite confortável. Acendem-se as estrelas e, nas tabancas, as fogueiras. Ao longe, barcos de pesca da frota internacional trabalham na noite, pescando o valioso camarão que nasceu e cresceu junto ao mangal. A coberto da escuridão, uma tartaruga-marinha sobe a praia, para ir desovar. Depois, migrará para a Mauritânia, ao passo que os seus filhos espalhar-se-ão pelo vasto oceano, traçando rotas ainda desconhecidas e, por isso mesmo, tão fantásticas.

É muito isto, a Guiné-Bissau. O país é pequeno e quase desprovido de indústria ou de serviços dirigidos ao exterior. E, no entanto, a influência do seu território estende-se por milhares de quilómetros, ao longo das costas do Atlântico. Sem esta escala e área de reprodução ou invernada, que seria feito dos grandes viajantes do céu e do mar, que fazem sonhar a humanidade? Sem estas florestas, que seria dos chimpanzés, os parentes mais próximos do Homem, nos quais nos podemos de alguma forma rever e interrogar? A pequena Guiné-Bissau joga um papel de relevo na conservação da biodiversidade mundial. E a biodiversidade é indispensável à população desta nação que, lutando contra as mais variadas carências, retira um sustento ainda seguro da floresta, dos rios, dos mangais e do próprio mar. Se esses recursos faltarem, perdida a segurança alimentar, que será do povo guineense e do seu formidável património cultural? E sem o peixe e o camarão, sem as divisas resultantes da venda das licenças de pesca, como poderia o país, mesmo nos meios urbanos, funcionar?

Para a Guiné-Bissau, o desenvolvimento sustentável é uma necessidade imperiosa. Neste processo, as Áreas Protegidas e a conservação da biodiversidade desempenham um papel fundamental. Para a comunidade internacional, apoiar os guineenses neste empreendimento é mais do que uma aposta económica e uma obrigação moral. É contribuir para manter esses tesouros, patrimónios da Humanidade: as ostras frescas e os camarões, as florestas húmidas e os grandes primatas que as habitam, os manatins e as tartarugas-marinhas, o milagre das distantes migrações das aves…

***Resumo Executivo***

*A Guiné-Bissau é fortemente dependente dos recursos naturais e dos serviços prestados pelos ecossistemas. Por exemplo, a pesca artesanal garante a principal fonte de proteínas da maioria da população ao passo que a venda de licenças de pesca industrial representa uma das principais fontes de divisas do Estado. Sem recursos naturais renováveis, as numerosas carências deste país em vias de desenvolvimento transformar-se-iam numa situação verdadeiramente desesperada.*

*Apesar da reduzida superfície do país, a biodiversidade da Guiné-Bissau é de relevância mundial. Os compromissos assumidos pelo país relativamente à preservação da biodiversidade (nomeadamente a Convenção sobre a Diversidade Biológica) deverão ser honrados, a bem da projecção da nação na comunidade internacional. Por seu lado, os parceiros do mundo desenvolvido têm a obrigação moral de apoiar, com recursos técnicos e financeiros, as iniciativas de conservação da nação guineense.*

*Actualmente, a rede nacional de áreas protegidas (AP) cobre uma superfície total de cerca de 470.000 ha, sob a responsabilidade do recém-criado Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP). Dois terços da superfície protegida correspondem a espaços marinhos ou estuarinos. Aliás, as áreas protegidas marinhas e as zonas de pesca regulamentada estão no centro das preocupações do IBAP e de outras instituições da sub-região, agrupadas no âmbito do Programa Regional de Conservação Marinha (PRCM). Estas áreas desempenham um papel central na reprodução e regeneração dos stocks de peixes, camarões e moluscos, garantindo a sustentabilidade da exploração destes recursos estratégicos. Outras áreas conservam valores de biodiversidade de importância rara, como por exemplo os chimpanzés e as florestas guineenses sub-húmidas. Aqui, o potencial para o desenvolvimento de uma indústria de turismo de natureza (ecoturismo) é imenso.*

"**A biodiversidade da Guiné-Bissau é conservada de forma sustentável em benefício do desenvolvimento das gerações presentes e futuras***"; esta é a visão do IBAP. A missão deste instituto do Estado com autonomia administrativa e financeira consiste em "***gerir as áreas protegidas e os recursos estratégicos da biodiversidade, valorizando os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais, favorecendo a participação e as sinergias, ao nível local, nacional e internacional***".*

*Entre 2007 e 2011, os objectivos estratégicos e as actividades do IBAP agrupar-se-ão em torno de 3 grandes eixos. O primeiro diz respeito a um reforço institucional, que garanta o reconhecimento jurídico e prático do papel do IBAP, enquanto peça essencial dos sistemas nacionais de gestão dos recursos renováveis. Diz também respeito ao financiamento durável do IBAP, nomeadamente através da criação de uma Fundação suportada por um "endowment fund", para além da procura de outros mecanismos de financiamento complementares.*

*O segundo eixo centra-se no melhoramento da gestão das AP e na promoção de acções de desenvolvimento sustentável. Trata-se de: promover a gestão participativa, envolvendo todas as partes interessadas; elaborar e aprovar planos de gestão para cada AP; implementar um zonamento rigoroso com zonas de preservação estrita e áreas de desenvolvimento durável; garantir uma sinalização e uma fiscalização eficaz; investir na formação dos quadros do IBAP; identificar os custos de oportunidades perdidas e os impactos da fauna*

*selvagem nas populações; apoiar as ONG e as comunidades locais que desenvolvam iniciativas de desenvolvimento sustentável (nomeadamente o ecoturismo), discriminando positivamente os mais fracos e desfavorecidos. Finalmente, desenvolver-se-ão actividades tendentes a expandir a rede de AP, quer através da classificação de novas áreas, quer através de estudos preliminares que identifiquem zonas de elevado interesse para futuras iniciativas.*

*O terceiro eixo estratégico foca, essencialmente, o conhecimento da biodiversidade e dos processos naturais e sua exploração pelo Homem. O IBAP adoptou uma estratégia de intervenções criteriosas, baseadas num sólido conhecimento científico das realidades. A monitorização ambiental, focada em espécies ou habitats sensíveis e emblemáticos, desempenhará um papel central na avaliação objectiva dos impactos e resultados das intervenções, avaliação essa que é um elemento chave da estratégia em causa. Estas mesmas espécies e habitats considerados prioritários serão, sempre que adequado, alvos de planos de acção e medidas específicas. A divulgação dos conhecimentos será feita, de modo diferenciado, ao nível dos decisores, ao nível todas as partes interessadas na gestão das AP e ao nível da população em geral.*

*Transversalmente, procurar-se-á fomentar parcerias com todas as partes interessadas, nomeadamente com outras instituições públicas com responsabilidades na gestão de recursos naturais, com ONG, com o sector privado e com o poder tradicional e as comunidades de base. Também internacionalmente se procurará a reforço de redes e o estabelecimento de parcerias com instituições científicas, organizações de conservação e agências de cooperação.*

**Introdução**

A Guiné-Bissau tem enormes carências de desenvolvimento, a maior parte da sua população vive no limiar da pobreza e o país praticamente não tem fontes de divisas que decorram da indústria, do sector mineiro ou de serviços prestados ao exterior. No entanto, a Guiné-Bissau é um país rico, em termos de recursos naturais renováveis, e é graças e eles (peixe, moluscos, frutos, etc.) e aos serviços prestados pelos ecossistemas que a população obtém uma segurança alimentar considerável, mesmo quando houve tempos de instabilidade política e militar. Algumas das fontes principais de divisas são, também elas, ligadas aos recursos naturais, como sejam a venda de licenças de pesca ou a exportação de produtos florestais. O rico património natural, com valores de biodiversidade de relevância mundial, também projecta o país na cena internacional, atraindo apoios para a conservação e para o desenvolvimento sustentável, e tem o potencial de vir a servir de base para uma indústria eco-turística.

Conscientes destas realidades, os sucessivos Governos da Guiné-Bissau têm desenvolvido, em parceria com ONG e doadores internacionais, programas de ordenamento e gestão racional dos recursos, desde há quase duas décadas. Foi neste quadro que se criou oficialmente uma rede das Áreas Protegidas (AP), incluindo diversos Parques Nacionais e Naturais, cujo papel principal consiste em conservar os valores de biodiversidade de relevância internacional, contribuir para uma gestão racional dos valiosos recursos renováveis e promover um desenvolvimento sustentável e equitativo, baseado em processos de gestão participativa. Em particular, as AP marinhas têm um papel fundamental na gestão dos stocks e das zonas de reprodução de peixes, camarões e moluscos, favorecendo a totalidade da zona costeira e garantindo a sustentabilidade da pesca artesanal e da pesca industrial.

O recém-criado Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP), instituto do Estado com autonomia administrativa e financeira, foi mandatado para zelar pelas AP e pela conservação da biodiversidade, papel que assumiu prontamente e com grande dinamismo. Actualmente, o funcionamento do IBAP está ainda, em grande medida, dependente do apoio de projectos de duração limitada. Por outro lado, o seu papel, no quadro institucional do país, é ainda mal conhecido a nível nacional. Os instrumentos técnicos e legais para a gestão das AP e da biodiversidade (Planos de Gestão, Planos de Acção) estão, muitos deles, em preparação. É toda uma panóplia de obstáculos e desafios que o jovem IBAP tem que defrontar, mas os resultados já obtidos, alguns dos quais no terreno, permitem ter confiança no futuro da instituição e na rede das AP.

O presente documento resulta de um debate amplamente participado, não só nos seminários recentes, organizados especificamente para este efeito (ver, por exemplo, Anexo 5), mas sobretudo no contexto dos processos participativos que se têm vindo a desenvolver na zona costeira da Guiné-Bissau desde há duas décadas e que conduziram à formação das AP e do IBAP. Este rico património é valorizado através de uma ampla documentação, assim como de uma vasta experiência acumulada pelos diversos intervenientes. Estes ensinamentos, complementados pelas lições extraídas de processos desenvolvidos em países com realidades similares, desembocaram na definição dos princípios estratégicos que este documento apresenta. Estas

orientações gerais permitirão guiar o IBAP e os seus parceiros, nacionais e internacionais, nas actividades a desenvolver nos próximos 5 anos.

# Contexto Ambiental e Socio-económico

**Um património natural de valor excepcional**

De todas as grandes regiões tropicais do mundo, a África Ocidental tem a infeliz reputação de, eventualmente, ser aquela onde recentemente tem havido uma degradação mais rápida dos recursos naturais e da biodiversidade. Mas não nos deixemos enganar por generalizações e juízos superficiais. Existe aqui, ainda, um património de valor verdadeiramente excepcional.

A Guiné-Bissau, pequeno país cobrindo 36 125 $km^2$, com uma população estimada em cerca de 1.400.000 habitantes, alberga, graças a um número de condicionalismos e especificidades históricas, geográficas e ambientais, um património natural (e também cultural) de enorme relevo a uma escala mundial. O seu litoral é caracterizado por uma plataforma continental ampla, onde assenta um vasto arquipélago composto por quase uma centena de ilhas, e por inúmeros sistemas estuarinos, de uma fecundidade extrema. Os recursos em peixes, crustáceos e moluscos (explorados pelos nacionais e por frotas internacionais) têm um enorme valor económico. Os ecossistemas em bom estado, nomeadamente os estuários cobertos por extensos tarrafes (mangais), permitem ainda que estes recursos se renovem de uma forma eficaz (note-se, por exemplo, que este é um dos últimos paraísos do pescador-desportivo, o que é indicador da presença de grandes e abundantes peixes). As florestas, por seu lado, constituem uma verdadeira barreira contra a desertificação, suportam a agricultura e produzem madeira, lenha, carvão, mel, frutos, caça, plantas medicinais, vinho e óleo de palma e tantos outros bens que, na Guiné-Bissau, são essenciais.

Do ponto de vista da biodiversidade mundial, há que nomear vários valores incontornáveis. As extensas e produtivas áreas de bancos de areia e vasa acolhem uma das maiores concentrações de aves aquáticas migradoras de todo o planeta (incluindo cerca de 1.000.000 de limícolas invernantes). É nestes ambientes de tipo estuarino que encontramos, também, uma numerosa população de manatins-africanos *Trichechus senegalensis* e de golfinhos-corcunda *Sousa teuszii* e roazes *Tursiops truncatus*, animais que escasseiam noutras paragens. Nas praias do arquipélago dos Bijagós, desovam regularmente 4 espécies de tartarugas-marinhas, todas elas globalmente ameaçadas. Na pequena ilha de Poilão, em particular, encontra-se o terceiro maior local de desova da tartaruga-verde *Chelonia mydas* de todo o oceano Atlântico. É também neste arquipélago que encontramos uma curiosíssima população de hipopótamos que habita o meio marinho. Nas florestas e savanas arborizadas do sul do país encontram-se ainda variadas espécies de grandes mamíferos ameaçados (*e.g.* leão, búfalo e muitas espécies de antílopes). De salientar os chimpanzés *Pan troglodytes verus*, que na Guiné têm, talvez, a população mais significativa da muito ameaçada subespécie ocidental, assim como outros primatas em risco, incluindo duas espécies de colobos *Piliocolobus badius temincki*i e *Colobus polykomus polykomos*.

**Uma escala essencial na vida de migradores que se espalham pelo mundo**

A biodiversidade da Guiné-Bissau não tem um significado simplesmente "aditivo", relativamente à restante biodiversidade mundial. Na verdade, os animais selvagens não reconhecem fronteiras, deslocando-se por vastas regiões do planeta para cumprir os seus ciclos vitais. Importantes stocks de peixe circulam pelas águas da Guiné e dos países vizinhos, garantindo recursos fundamentais em toda a região. O seguimento por satélite demonstrou que as tartarugas-marinhas que se reproduzem nos Bijagós são as mesmas que encontramos, amiúde, alimentando-se nas águas costeiras do Banco d'Arguim (Mauritânia), na margem ocidental do Sahara. As aves aquáticas migradoras são um verdadeiro património mundial partilhado, pois ligam permanentemente a Guiné-Bissau a uma vastíssima área que engloba todo o Árctico (do Canadá à Sibéria), todo o continente europeu, e as costas Atlânticas do continente africano, de Marrocos à África do Sul. As costas da Guiné-Bissau constituem um elo fundamental na preservação desta cadeia de vida que une o planeta do qual fazemos parte.

**Uma população humana dependente dos recursos naturais**

A Guiné-Bissau é um dos países mais pobres do mundo. O seu índice de desenvolvimento está entre os mais baixos, com dois terços da população vivendo abaixo do limiar de pobreza e com menos de 2 dólares por dia e uma esperança média de vida à nascença de apenas 43 anos. O país quase não tem indústria nem fornece serviços ao exterior. O sector mineiro é, ainda, praticamente inexistente (pese embora a recente exploração de bauxite e de fosfatos e as perspectivas no sector petrolífero). São a agricultura (extensiva) e a colheita de produtos naturais (para além da ajuda externa) que fazem viver o país. Grande parte da população, incluindo as faixas mais pobres, está largamente dependente da extracção de recursos, como o peixe e os moluscos, os produtos da palmeira, a lenha e o carvão, a palha e os cibes para a construção de casas, as plantas medicinais, os frutos e tantos outros produtos silvestres. Mesmo as populações urbanas têm no peixe, capturado ao longo da costa, a única fonte de proteína animal relativamente acessível, dado o seu fraco poder de compra. A venda de licenças de pesca para o exterior constitui, também, uma das principais fontes de financiamento do Estado.

Indirectamente também, o Homem depende fortemente de serviços prestados pelos ecossistemas naturais. Os mangais protegem da erosão, as florestas melhoram o clima regional, favorecendo as chuvas tão necessárias à agricultura e à renovação dos lençóis freáticos, resistindo à ameaça da desertificação.

**Principais ameaças à biodiversidade, factores de empobrecimento dos mais desfavorecidos**

O incessante desenvolvimento tecnológico, o crescimento populacional e as migrações humanas são responsáveis por uma crescente pressão sobre os recursos naturais. Os equilíbrios tradicionais entre Homem e recursos vão sendo alterados, cada vez mais rapidamente. No contexto da sub-região, a Guiné-Bissau contrasta com países vizinhos, onde a exploração e degradação dos recursos é mais acentuada. Mas cada vez mais, as populações desses países, por vezes empurradas pela pobreza, invadem a Guiné-Bissau. Possuidores de tecnologias mais avançadas e de hábitos mais predatórios do que os guineenses, pescadores artesanais senegaleses e de outros países da

região invadiram todo o litoral. Pescam em grandes pirogas, com longas redes, e fumam peixe cortando madeira do tarrafe (mangal) em larga escala. Todos reconhecem um decréscimo significativo nos stocks de peixe, havendo espécies já muito raras (por exemplo, peixe-serras *Pristis* sp). Animais ameaçados, como tartarugas e manatins, são frequentemente capturados. Localmente, o corte do tarrafe causa problemas de erosão costeira. Um pouco mais ao largo, é a cobiça das nações industrializadas que se faz sentir, com grandes arrastões pescando enormes quantidades de peixe e camarão, muitos deles sem licenças, sem respeitar quotas ou sistemas de zonamento, actuando de forma não sustentável.

Também em terra, principalmente junto às fronteiras, se exerce a pressão dos países vizinhos. Mas aqui, as ameaças são sobretudo internas. A destruição das florestas pela agricultura itinerante é um problema omnipresente, para além da exploração madeireira e da expansão das plantações de caju. Os fogos florestais, ligados à agricultura, à abertura de terrenos de caça ou pastos ou, por vezes, sem fins precisos, consomem vastas áreas arborizadas. A caça para comércio de carne esvazia rapidamente as florestas e savanas de todo o tipo de animais de médio ou grande porte. O rápido crescimento demográfico, com, aproximadamente, uma duplicação da população a cada 25 anos, torna estas pressões cada vez mais severas.

Novas ameaças espreitam também, como o perigo de uma exploração petrolífera que não tenha suficientes cuidados ambientais ou o desenvolvimento de um turismo não planificado.

A persistirem as tendências actuais, e sem actividades de gestão e conservação, é fácil perceber que dentro de poucos anos não restará nem um palmo de floresta primária no país. Espécies carismáticas como os chimpanzés, os elefantes e muita outra mega-fauna, os peixes-serra ou algumas tartarugas-marinhas estão perigosamente próximo do perigo extinção. A pesca e outras actividades extractivas correm o risco de perderem rentabilidade e, mais grave, deixarem de garantir a segurança alimentar às populações mais desfavorecidas. As alterações climáticas e o empobrecimento dos solos ameaçam também a produtividade da agricultura de subsistência, fragilizando ainda mais a situação dos mais desfavorecidos.

# IBAP - Contexto e Princípios Estratégicos

**A rede nacional das áreas protegidas**

Actualmente, a Guiné-Bissau conta com uma rede nacional de 5 áreas protegidas (não contando com a Reserva de Biosfera – ver Anexo 1) cobrindo uma superfície total de cerca de 470.000 ha, um terço dos quais (perto de 150.000 ha) corresponde a terras permanentemente emersas e os restantes dois terços a mangais, bancos intermareais e águas marinhas pouco profundas (geralmente com menos de 10m). Quatro destas áreas têm uma forte componente marinha (Parques Nacionais de Orango [PNO] e de João-Vieira Poilão [PNMJVP], Área Protegida Comunitária das ilhas de Urok e Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu [PNTC]) ao passo que o Parque Natural das Lagoa de Cufada [PNLC] protege predominantemente lagoas dulciaquícolas e ecossistemas florestais. Estas AP são descritas detalhadamente no Anexo 1.

**A biodiversidade e as AP como suporte de um desenvolvimento sustentável**

*As Áreas Protegidas geram mais-valias económicas*

Como foi explicado acima, os recursos haliêuticos representam, por um lado, um elemento central da luta contra a pobreza e da segurança alimentar do país. Por outro lado, são uma das principais fontes de divisas, obtidas através dos acordos de pesca. As AP, ao conservarem ecossistemas fundamentais para a reprodução e crescimento de peixes, moluscos e camarões (sobretudo em áreas de tarrafe), são geradoras de um benefício económico incalculável. As zonas de pesca condicionada e de protecção dos tarrafes/mangais constituem núcleos a partir dos quais as espécies de valor comercial se espalham por todo o litoral e pela plataforma continental. Este factor, por si só, justifica amplamente um apoio do Estado às AP com uma componente estuarina ou marinha.

*O ecoturismo*

Outro tipo de benefícios económicos pode advir, por exemplo, do eco-turismo, mas, aqui, trata-se de uma área potencialmente importante cujo desenvolvimento é ainda muito incipiente. No entanto, é fácil prever que, no futuro, o turismo será, ainda mais do que presentemente, uma das principais (ou mesmo a principal) indústrias mundiais. E o potencial da Guiné-Bissau nesta área depende, fundamentalmente, de áreas naturais bem preservadas, onde possa desenvolver-se um ecoturismo de qualidade altamente rentável. O turismo de visão exige paisagens bem preservadas e populações de grandes animais (como sejam os chimpanzés, as aves migradoras ou as tartarugas-marinhas) facilmente observáveis. Um sector turístico com potencial de desenvolvimento é, também, o da pesca desportiva. Esta pesca não é, necessariamente, incompatível com a preservação dos stocks de peixe, já que pode ser altamente selectiva e com práticas ambientalmente favoráveis (como a restituição à água, após a captura, dos peixes de certas espécies ou de tamanhos pré-determinados). No entanto, para que o turismo seja verdadeiramente impulsionador do desenvolvimento do país, é necessário criar mecanismos que garantam que os seus benefícios sejam apropriados sobretudo pelos nacionais e distribuídos equitativamente.

**As parcerias e os compromissos internacionais da Guiné-Bissau**

Como foi visto acima, os recursos em biodiversidade da Guiné-Bissau têm uma relevância que ultrapassa largamente as fronteiras do país, tanto mais que numerosas espécies (peixes, aves, tartarugas-marinhas) só podem ser conservadas mediante os esforços conjugados de diversas nações. Por outro lado, a Guiné-Bissau é um país fortemente dependente da ajuda externa e das parcerias internacionais. Como tal, é importante que o país honre os protocolos, acordos e outros compromissos internacionais já assumidos, projectando uma imagem positiva da nação e facilitando a angariação de apoios financeiros e técnicos para o desenvolvimento sustentável.

*a) as convenções internacionais*

De entre os acordos internacionais subscritos pela Guiné-Bissau com particular relevância para a missão do IBAP, salientam-se a Convenção sobre a

Diversidade Biológica (CBD), a Convenção sobre as Espécies Migradoras da Fauna Selvagem (CMS) e o tratado associado denominado *African-Eurasian Waterbird Agreement* (AEWA), a Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (CITES), a Convenção sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) e a Convenção da Luta contra a Desertificação (CCD). De salientar ainda a Convenção de Ramsar sobre as Zonas Húmidas, ao abrigo da qual a Lagoa da Cufada foi classificada como sítio Ramsar, estando outras zonas húmidas, como o estuário do rio Cacheu, em processo de classificação, reconhecendo-se assim a sua relevância internacional.

*b) O PRCM e a rede regional das áreas protegidas marinhas*

O Governo da Guiné-Bissau assinou, em Março de 2003, uma declaração de política geral que apoia a Estratégia Regional das Áreas Protegidas Marinhas, preparada no âmbito da iniciativa do Programa Regional de Conservação Marinha (PRCM), que agrupa todos os estados litorais da África Ocidental, da Mauritânia à Serra Leoa, e ainda o estado insular de Cabo Verde. Esta estratégia tem por objectivo de fundo garantir a existência de "*uma rede coerente das áreas protegidas marinhas na África Ocidental, gerida por instituições fortes, de forma participativa, e que valorize a diversidade natural e cultural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região*". Esta estratégia foi assinada pelos ministros responsáveis pelas pescas e pelo ambiente de 6 países, que assim reconhecem a importância das AP Marinhas na gestão dos recursos haliêuticos, entre outros, e a importância de assegurar a coerência de uma estratégia ao nível sub-regional. O IBAP participa activamente no desenvolvimento da Rede Regional de Áreas Protegidas Marinhas (RAMPAO) e no desenvolvimento do PRCM no seu todo.

**A gestão dos recursos haliêuticos, através das APM, como garante de uma pesca durável**

O IBAP dará, nos próximos anos, uma atenção prioritária à gestão das AP marinhas enquanto instrumento da gestão dos recursos haliêuticos nacionais. Esta opção justifica-se pela importância económica e social dos recursos haliêuticos, o que permitirá fazer compreender a todos os estratos da sociedade guineense, e aos decisores em particular, a importância que as AP têm no desenvolvimento do país. Justifica-se também pela integração da Guiné-Bissau nos esforços regionais, no quadro do PRCM, e por ser no mar que se situam muitos dos maiores valores da biodiversidade do país, no contexto internacional. Finalmente, justifica-se pelo muito elevado número de espécies, particularmente tubarões, raias e peixes-serra, que se encontram ameaçados de extinção, alguns deles em situação crítica. O IBAP deverá concertar-se estreitamente com as diversas instituições nacionais ligadas às pescas (CIPA, FISCAP, Ministério das Pescas e Economia Marítima), influenciando e participando a elaboração e implementação das estratégias e políticas nacionais para o sector.

**Financiando as AP num país de múltiplas carências**

Uma das características mais prevalecentes das AP em países tropicais em desenvolvimento é a insuficiência de fundos para a sua gestão, levando muitas vezes a que a sua missão seja seriamente comprometida. A Guiné-Bissau é

um país com grandes carências económicas e o IBAP, nos próximos anos, deverá ter a questão do financiamento durável no centro das suas preocupações. Sem fundos que permitam um funcionamento mínimo, a biodiversidade não pode ser efectivamente conservada e as AP podem converter-se em meras declarações de intenções.

A sustentabilidade a prazo implica que o IBAP tenha um sistema resiliente que lhe permita manter a sua actividade, independentemente das flutuações nas fontes de financiamentos e das instabilidades políticas e económicas. Para tal, está prevista a criação de uma **Fundação para a Biodiversidade da Guiné-Bissau (FBGB)** que funcionará sob o modelo dos "*endowment trust funds*", que está a ser crescentemente adoptado por todo o mundo. A partir de aplicações financeiras feitas com um fundo patrimonial de base, não erodível, será possível ter uma fonte de receitas segura e estável que garanta o essencial das operações do IBAP e do apoio à compensação e desenvolvimento das comunidades humanas directamente envolvidas nas AP. Uma das prioridades para o IBAP, nos próximos anos, será realizar acções e contactos na comunidade internacional, apoiando o PGBZCGB e o Estado guineense na campanha de obtenção de fundos patrimoniais para a FBGB. A FBGB deverá ter uma autonomia considerável, com um conselho de administração onde estejam bem representados o Estado, a sociedade civil e financiadores e ONG ou outras instituições internacionais.

Sendo a criação da FBGB uma prioridade, é bem claro que dificilmente os recursos desta fundação serão suficientes para financiar o IBAP de forma satisfatória. O IBAP terá como um dos seus princípios estratégicos a procura da diversificação das suas fontes de financiamento.

**O conhecimento científico como suporte dos processos de decisão e avaliação**

A criação da rede nacional das AP na Guiné-Bissau foi feita recorrendo a inventários rigorosos que identificaram os centros de biodiversidade do país e que permitiram a selecção e delimitação das áreas a classificar (Anexo 4). Foi também graças a estudos científicos pioneiros que se documentou a ligação da zona costeira da Guiné-Bissau a tantas outras regiões e países do mundo, através dos movimentos de aves, tartarugas e outros animais.

Um dos princípios norteadores do IBAP é a continuação do uso de suportes científicos válidos e credíveis para orientar a gestão das AP e da biodiversidade, assim como para avaliar o impacto das suas acções. Assim, o IBAP promoverá estudos científicos (nomeadamente integrando e apoiando parcerias internacionais) que contribuam para um melhor conhecimento da biodiversidade e do funcionamento dos ecossistemas, sobretudo aqueles que possam ter aplicações práticas na gestão das AP e das espécies ameaçadas. Os estudos também deverão ajudar a compreender a utilização dos espaços e dos recursos pelas populações, o que apoiará a procura de modos de exploração sustentáveis. Para que possam ser devidamente valorizados, os resultados dos estudos deverão ter uma ampla divulgação, nomeadamente junto de decisores, como sejam os elementos dos Conselhos de Gestão das AP.

É preciso ter bem presente que, em última análise, qualquer avaliação rigorosa do impacto e do sucesso do IBAP deverá ter por base estudos científicos e planos de monitorização rigorosos que avaliem as tendências populacionais de certas espécies indicadoras, assim como a evolução do coberto vegetal de ecossistemas críticos, como o mangal ou as florestas primárias e secundárias.

Outro aspecto a ter em consideração, é o facto de a experiência de numerosos países em desenvolvimento demonstrar que a presença continuada e regular de equipas de investigação nas AP (sobretudo quando são equipas mistas, com nacionais e parceiros internacionais) é um factor positivo, contribuindo para o sucesso da missão dessas mesmas AP, quer por permitir aumentar a percepção geral da importância dos patrimónios, quer por motivar os quadros e decisores nacionais nas suas acções e medidas de gestão, quer por constituírem fontes relativamente independentes para a avaliação do sucesso das medidas de gestão.

**Uma gestão participativa, promotora de uma redistribuição justa dos benefícios da biodiversidade**

Tempos houve em que a delimitação de AP se fez em zonas desabitadas, ou então através de imposições que desrespeitavam os direitos e aspirações dos habitantes das áreas a classificar (que muitas vezes foram forçados a abandonar as suas habitações, terrenos de caça e campos agrícolas). Tais parques passaram e ser geridos por um poder centralizado, com preocupações exclusivamente conservacionistas. Hoje em dia, as novas AP surgem geralmente em áreas com presença humana significativa. Muitas vezes são implantadas em regiões periféricas, com grandes carências em termos de desenvolvimento. A gestão destas novas AP não ignora (mas antes promove) valores como os da justiça social, da defesa dos mais desprotegidos (particularmente mulheres e crianças), ou da luta contra a pobreza. A Lei-Quadro das Áreas Protegidas da Guiné-Bissau consagra e promove o papel das populações residentes e dos utilizadores das AP na gestão dos espaços e da biodiversidade. As AP e os seus regulamentos foram delimitados e definidos em processos amplamente participados e a gestão presente e futura assenta em Conselhos de Gestão onde as práticas profundamente democráticas são constantemente promovidas.

Por outro lado, reconhece-se que, por vezes, os valores e interesses gerais a serem defendidos pelo Estado não são exactamente coincidentes com os interesses particulares das populações residentes. Nestas circunstâncias, é fundamental encontrar mecanismos que possibilitem que, ao prevalecerem os interesses superiores das comunidades em geral, os habitantes e utilizadores das AP sejam devidamente compensados das restrições ao uso que lhes são impostas. Estas compensações podem tomar várias formas, sendo as principais as que dizem respeito aos projectos de desenvolvimento comunitário de que os habitantes das AP são beneficiários privilegiados, assim como às regras de acesso e uso que, em geral, são fortemente beneficiárias das populações residentes e dos utilizadores mais pobres. Um exemplo é dado pelas regras que, em certas zonas protegidas, muito ricas em recursos haliêuticos, só permitem que pesquem os pescadores residentes (ou outros, periféricos, que usem tecnologias muito simples, como as embarcações sem propulsão motorizada).

Não é ao IBAP que cabe, directamente, a condução de projectos de desenvolvimento comunitário. No entanto, estes são financiados através da FBGB e o IBAP apoia os seus parceiros (particularmente as ONG e as associações de base) na identificação e implementação desses projectos, lutando para atrair interesses e novos financiamentos que revertam a favor das populações das AP.

No caso das AP comunitárias, a ênfase principal dos objectivos gerais desloca-se da conservação da biodiversidade e dos processos naturais para o desenvolvimento sustentável através da exploração racional dos recursos. A luta contra a pobreza, não só do presente, mas também das gerações futuras, tem aqui um papel central. Por outras palavras, AP comunitárias são, antes de mais, laboratórios experimentais e centros de demonstração sobre as vantagens de um desenvolvimento local equitativo e ecologicamente equilibrado, ao passo que nas restantes AP a primeira prioridade é constituir um reservatório seguro de biodiversidade, cujos excedentes e utilização racional beneficie o país no seu todo.

**Seguimento e avaliação, condições indispensáveis da transparência e do sucesso**

A experiência das últimas décadas, em África e por todo o mundo, demonstra esta triste realidade: é possível investir enormes recursos materiais e humanos em projectos de desenvolvimento (sustentável) ou de conservação e chegar ao final desses mesmos projectos praticamente sem ganhos verificáveis no terreno. Não chega portanto assumir que por haver boas intenções, recursos e acções, sem obtêm resultados que se assemelham aos originalmente planeados e desejados. As causas dos insucessos são múltiplas, e vão desde problemas ligados à corrupção ou à instabilidade política/militar, até às opções técnicas erradas e aos imprevistos impossíveis de antecipar, passando por uma miríade de outros factores.

Condição indispensável para detectar e resolver muitos dos problemas causadores do insucesso é a existência de mecanismos de seguimento e avaliação permanentes, exigentes e rigorosos. Sem se entrar em detalhes, há que destacar dois elementos importantes: (1) o desenvolvimento de mecanismos de avaliação com participação de entidades ou personalidades isentas e de competências técnicas reconhecidas; (2) a avaliação dos impactos reais no terreno, através de estudos e indicadores concretos do estado da biodiversidade, por um lado, e da sua utilização sustentável, por outro. Além do mais, as avaliações de impacto independentes e rigorosas reforçam a confiança dos parceiros e garantem a continuidade das alianças e dos financiamentos.

**Informar, sensibilizar e implicar a sociedade guineense**

Para o sucesso da sua missão, o IBAP terá que conseguir sensibilizar e implicar vários sectores da sociedade guineense. Por um lado, há que implicar as populações residentes e os utilizadores das AP, de forma a ter uma verdadeira gestão participativa. Por outro lado, é necessário sensibilizar as organizações da sociedade civil, de forma a garantir apoios para a acção das AP. Finalmente, é crucial que decisores políticos e quadros técnicos de topo compreendam a importância das AP e da biodiversidade no desenvolvimento

do país, de forma a apoiarem e integrarem o IBAP nos sistemas de governação e gestão dos recursos ligados ao ambiente e à biodiversidade.

# O que está em jogo na gestão das AP e da biodiversidade na Guiné-Bissau

Em face das ameaças descritas e dos patrimónios a preservar, existem, em traços gerais, 9 batalhas centrais na gestão prática do território e dos recursos das AP.

**Garantir a eficácia das zonas de pesca condicionada enquanto áreas de preservação e reprodução dos stocks e da biodiversidade**. A divulgação das zonas de pesca condicionada e respectivos regulamentos, a sua inscrição nos planos de gestão e a sua fiscalização eficaz são condições sem as quais as APM não poderão cumprir a sua missão de preservar espécies ameaçadas (tartarugas, manatins) e de constituírem centros a partir dos quais se faz o repovoamento de toda a zona costeira pelas espécies de valor comercial. É fundamental, neste contexto, sensibilizar as autoridades nacionais e a população em geral para os serviços que as APM desempenham junto da nação.

**Acabar com actividades de caça não sustentável dentro das AP**. A caça ilegal é um dos maiores problemas das AP da África Ocidental e factor de extinção da maior parte da grande e média fauna. A conservação de alguns dos maiores valores da biodiversidade da Guiné-Bissau, como os chimpanzés ou as aves aquáticas da Cufada, só será possível em zonas de caça rigorosamente controlada. Este é um dos maiores desafios que se apresentam aos gestores das AP, particularmente as AP terrestres, onde o insucesso se tornará rapidamente óbvio se a florestas e lagoas se esvaziarem dos seus animais.

**Manter o estado natural das zonas centrais das AP**. Para uma conservação eficaz dos maiores valores da biodiversidade, é indispensável a manutenção de núcleos centrais nas AP sem agricultura, caça ou exploração florestal. As AP na Guiné-Bissau adoptaram a filosofia de “parks for people”. No entanto, mesmo nestes parques têm que existir áreas consideráveis de protecção integral (onde é permitida apenas a investigação, o ecoturismo e a extracção pouco intensiva de certas plantas, frutos e outros produtos da floresta).

**Controlar a expansão da agricultura itinerante (m’pampam).** A agricultura itinerante representa a maior ameaça para a biodiversidade terrestre na Guiné-Bissau, e nas AP em particular. Esta ameaça tende a intensificar-se com o crescimento populacional e o decréscimo da produtividade ligado à escassez de chuvas. É fundamental delimitar as zonas onde a agricultura é permitida e onde é interdita e fazer respeitar escrupulosamente esse zonamento. Por outro lado, há que procurar desenvolver medidas de apoio à agricultura de bolanha ou “bas-fond”.

**Preservar o ecossistema de tarrafe (mangal).** Estudos científicos comprovaram que entre 1956 e 1998, a área de tarrafe na região do Parque Natural dos Tarrafes de Cacheu reduziu-se em 29%. Este fenómeno tem tendência a agravar-se rapidamente. Os ecossistemas de tarrafe têm um interesse estratégico nacional e é necessário garantir que não há redução significativa da sua superfície dentro das AP. Para tal, as iniciativas no PNTC deverão ser re-centradas ao nível do rio e dos tarrafes, dando menos prioridade aos sectores terrestres deste parque, cuja valência ecológica é de menor importância (ainda que relevante).

**Dinamizar projectos de apoio ao desenvolvimento dentro das AP que sejam iniciativa das populações residentes e que sejam verdadeiramente sustentáveis.** As AP têm que ser capazes de provar o seu potencial enquanto sítios de demonstração da saudável convivência do Homem com um meio natural rico em biodiversidade. Para tal, as acções de apoio ao desenvolvimento devem ser efectivamente compatíveis com a missão de preservação das AP.

**Garantir que a exploração sustentável dos recursos naturais reverte principalmente sobre as comunidades residentes e sobre as camadas mais desfavorecidas.** As AP têm impactos positivos, mas também negativos, sobre as populações residentes, que sofrem com os regulamentos restritivos, impostos em nome de interesses regionais ou nacionais. Uma forma de compensar os residentes consiste em garantir uma prioridade efectiva no acesso aos recursos (usando modos de exploração sustentáveis). Outra forma consiste no apoio a iniciativas para o desenvolvimento (saúde, água potável, educação, etc.), favorecendo em particular os mais desprotegidos, como as mulheres, as crianças e as comunidades mais isoladas.

**Garantir que os parques não se tornam num pólo de atracção para actividades extractivas ou económicas, controlando a imigração temporária ou permanente**. A concentração dos recursos e de certas actividades de apoio ao desenvolvimento nas AP atrai nacionais e estrangeiros. No passado, instalaram-se numerosos acampamentos de pescadores no PNO, com grande impacto ambiental (corte de mangal, sobre-pesca, etc.). Estes foram removidos com sucesso. É necessário impedir a instalação de novos acampamentos ou mesmo de novas tabancas por parte de nacionais, pois a capacidade de carga das AP é muito limitada. É igualmente fundamental interditar actividades de agricultura ou caça por não-residentes nas AP.

**Garantir que qualquer actividade de exploração petrolífera em águas nacionais se faz recorrendo às melhores práticas para a protecção ambiental**. A exploração petrolífera *offshore*, se efectuada sem recorrer às melhores práticas relativamente aos cuidados com o ambiente, acarreta o risco muito real de que tenha lugar um acidente ou fugas de hidrocarbonetos resultem numa maré-negra, cujas consequências seriam potencialmente catastróficas. Cabe aos gestores das AP procurar influenciar e criar sinergias junto da Direcção Geral do Ambiente, da CAIA e do Gabinete do Primeiro Ministro, para além do Ministro da Tutela, no sentido de serem implementadas

boas práticas e de, se necessário, encontrarem-se medidas minimizadoras e compensatórias dos impactos.

# A Visão do IBAP

*"A biodiversidade da Guiné-Bissau é conservada de forma sustentável em benefício do desenvolvimento das gerações presentes e futuras"*.

# A missão do IBAP

O IBAP é uma entidade colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Encontra-se sob tutela jurídica do Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

A missão do IBAP é a de:

*"Gerir as Áreas Protegidas e os recursos estratégicos da biodiversidade, valorizando os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais, favorecendo a participação e as sinergias, ao nível local, nacional e internacional"*

# Estratégia 2007-2011

## Pilar Estratégico I – Reforço institucional

### Objectivos:

- O quadro institucional e jurídico do IBAP permite-lhe assumir uma autoridade e uma intervenção eficazes na gestão dos territórios das AP e da biodiversidade.

- Criar condições para o financiamento durável.

**Acção 1.1: Reforço institucional e do quadro legal para a biodiversidade e as AP**

Medida 1.1.1 – Rever e fazer aprovar a Lei-Quadro das Áreas Protegidas

*A nova Lei-Quadro das Áreas Protegidas é necessária para definir oficialmente o papel do IBAP no panorama da gestão dos parques e outras AP do país. Aproveitar-se-á para redefinir as categorias de AP (e incluir as AP comunitárias) e esclarecer melhor as relações com outras instituições com competências na área da gestão dos recursos naturais.*

Medida 1.1.2 – Fazer reconhecer o IBAP como parte dos sistemas nacionais de gestão dos recursos haliêuticos, dos recursos silvícolas e dos recursos cinegéticos.

*Em primeiro lugar, é necessário fazer com que os parceiros se apercebam de que o IBAP não é um projecto, mas sim uma instituição. Este reconhecimento deverá ser feito, por um lado, nos diversos documentos legais do sector (alguns dos quais, como por exemplo a Lei da Caça, necessitam de uma actualização urgente). Por outro lado, o IBAP deverá influenciar e sensibilizar, para que seja sempre incluído em planos nacionais de ordenamento do território e dos recursos. Para que o IBAP possa desempenhar um papel relevante e reconhecido nestas áreas, é necessário, entre outros factores, que directores de parques e quadros superiores do IBAP se familiarizem com a legislação e as estratégias nacionais para os sectores em questão, particularmente as pescas. São importantes os debates informais, a familiarização dos actores e a produção e troca de documentação entre os quadros do IBAP e os de outras instituições com as quais existem sobreposições e complementaridades de competências.*

**Acção 1.2: Desenvolver instrumentos financeiros que garantam a continuidade e sustentabilidade da intervenção do IBAP**

Medida 1.2.1 – Contribuir para a criação de uma Fundação para a Biodiversidade da Guiné-Bissau (FBGB) e para dotá-la de fundos mínimos para a sua sustentabilidade.

*Esta é uma das grandes prioridades do IBAP para os próximos 5 anos, e talvez ainda depois. O IBAP deve mobilizar os seus recursos (nomeadamente assistências técnicas e apoios de parceiros internacionais), em colaboração com o PGBZCGB, e sensibilizar os decisores nacionais e os doadores internacionais para esta premente necessidade.*

Medida 1.2.2 – Inscrever o IBAP no Orçamento do Estado e assegurar a retenção de uma parte das receitas geradas localmente através de coimas e de licenças concedidas.

*Informar e sensibilizar os decisores políticos para estas questões é uma actividade permanente, tanto mais que os responsáveis pelos cargos governamentais apresentam uma elevada rotatividade na Guiné-Bissau (ou assim tem sido, nos anos mais recentes). Fazer compreender, por exemplo, que a acção do IBAP garante a durabilidade dos stocks de camarão e peixe, e, portanto, a entrada de divisas decorrentes dos acordos de pescas, justificando, portanto, o investimento ao nível do OE.*

Medida 1.2.3 – Influenciar, para que o IBAP seja beneficiário de parte da compensação financeira (ou outra) que resulte da aprovação de projectos, acções e empreendimentos com reconhecido impacto ambiental que não pode ser directamente mitigado.

*Sectores prioritários, a curto ou médio prazo, são a exploração petrolífera e a exploração de fosfatos. É necessária uma colaboração permanente com a Célula de Avaliação de Impactos Ambientais e, mais uma vez, a informação e sensibilização dos mais altos decisores do Estado, nomeadamente o Gabinete do Primeiro-Ministro.*

Medida 1.2.4 – Procurar apoios de parceiros internacionais para projectos ou acções específicas que não podem ser suportadas pelo orçamento normal do IBAP.

*Mesmo num cenário favorável, em que o IBAP venha a conseguir garantir um financiamento regular que permita um funcionamento satisfatório, serão sempre necessários apoios adicionais para garantir certos investimentos de fundo (construção ou remodelação de infra-estruturas onerosas, preparação ou implementação de planos de acção ambiciosos, formação de quadros). Assim, é fundamental estabelecer parcerias com ONG internacionais, fundações internacionais e instituições de cooperação, procurando projectos e protocolos de interesse comum. Deve aproveitar-se a possibilidade de se proporem projectos e acções de âmbito sub-regional, por exemplo no quadro do PRCM.*

Medida 1.2.5 – Com base numa análise detalhada de custos e perspectivas de financiamento, dimensionar o IBAP e as suas actividades de forma a garantir a durabilidade das suas actividades.

*Actualmente (em 2007), o IBAP conta com financiamentos importantes, graças às contribuições do GEF, no quadro do PGBZCGB, e da Fundação MAVA, entre outros. Esta fase relativamente desafogada, em termos de recursos financeiros, não é, naturalmente, eterna. São inúmeros os exemplos, nacionais e internacionais, em que após períodos de prosperidade, a escassez de fundos leva ao falhanço dos projectos e missões. O IBAP deve procurar dimensionar-se (em termos de quadros permanentes, incluindo guardas da natureza, em termos de parque automóvel e naútico, em termos das missões e dos compromissos assumidos com as populações) de forma que não se dêem quebras demasiado bruscas em tempos de "vacas magras". Deve por isso fazer-se exercícios de estimativa de custos em diferentes cenários, que informarão não só a planificação como as estratégias de "fund-raising".*

Medida 1.2.6. – Incentivar, no IBAP e junto das populações das AP, uma cultura de gestão parcimoniosa dos recursos humanos e financeiros, adaptada às condições do país.

Medida 1.2.7. – Dar prioridade, na utilização de recursos financeiros extraordinários, à aquisição de infra-estruturas e de equipamentos duráveis, assim como à formação dos quadros permanentes do IBAP.

*Trata-se de utilizar, tanto quanto possível, fundos de projectos de duração limitada, para investimentos duráveis. Uma preocupação fundamental e urgente, no momento actual, é a construção/aquisição de uma sede permanente em Bissau. A utilização de infra-estruturas alugadas não é durável. Também as infra-estruturas dos parques necessitam de investimentos, que deverão ser aplicados em construções e equipamentos com elevada durabilidade. Outra preocupação que requer grandes investimentos é a sinalização com estruturas permanentes dos limites das AP, particularmente nalguns sectores marinhos.*

# Pilar Estratégico II – Reforço da gestão da rede de Áreas Protegidas

## Objectivos

- As AP dispõem de instrumentos jurídicos e de sistemas de sinalização e vigilância operacionais e eficazes

- A gestão das AP tem por base processos participativos que promovem uma exploração equitativa dos recursos.

- As populações locais são devidamente compensadas e apoiadas na busca de alternativas para um desenvolvimento sustentável.

- É instituído um sistema de monitorização e avaliação das actividades a curto, médio e longo prazo.

- A rede nacional de AP é gerida e monitorizada por quadros e técnicos motivados, competentes e devidamente formados.

- É consolidada a rede nacional de áreas protegidas através de propostas de criação e oficialização de novas AP.

**Acção 2.1: Melhorar a eficiência da gestão das AP.**

Medida 2.1.1 – Elaborar, aprovar e publicar planos de gestão para todas as AP.

*Os planos de gestão são instrumentos essenciais para o funcionamento efectivo dos parques, pois estabelecem estratégias, definem regulamentos e competências e apontam caminhos e mecanismos para o desenvolvimento sustentável das populações. Não necessitam de ser complexos, mas antes adaptados aos recursos e capacidades locais. Os enormes atrasos e as dificuldades encontradas para a produção dos planos de gestão das AP actuais (só a AP de Urok tem um Plano de Gestão publicado) fazem recomendar que os próximos PG sejam feitos tendo em vista um horizonte temporal de 8-10 anos, pois é de prever que a sua actualização não seja fácil.*

Medida 2.1.2 – Rever o sistema de zonamento das actuais AP.

*Os actuais sistemas de zonamento da maioria das AP são algo confusos e, sobretudo, os limites das diferentes zonas são virtualmente impossíveis de identificar no terreno, tanto em terra, como nos tarrafes e no mar. É necessário usar os planos de gestão das AP, em preparação, para redefinir os zonamentos, ainda que provisoriamente, criando regras que sejam possíveis de implementar no terreno. Um zonamento simples, com apenas duas categorias, e com limites facilmente identificáveis, é altamente recomendável. Devem usar-se estradas, linhas de água ou canais, distâncias (e.g. "num raio de 4 km em volta da ilha de…" ou "numa faixa de 100m para cada lado da estrada…") e linhas imaginárias entre 2 pontos visíveis para definir as diferentes zonas.*

Medida 2.1.3 – Melhorar, na medida das possibilidades, a sinalização das AP, tanto em terra como no mar.

*As AP definem regras relativamente a espaços geográficos precisos. A negociação, compreensão e implementação dessas regras só é efectivamente possível se os limites desses espaços geográficos forem identificáveis no terreno. A sinalização deve ser colocada em locais de elevada visibilidade, como nas vias de acesso. Não são só*

*os limites das AP, mas são também os zonamentos que necessitam de ser sinalizados.*

Medida 2.1.4 – Implementar sistemas de vigilância e fiscalização eficazes e duráveis.

*Sem vigilância e fiscalização (sem "enforcement") as AP não são mais do que uma declaração de boas intenções. Os resultados já obtidos na Guiné-Bissau, no âmbito da fiscalização participativa, são encorajadores. É necessário reforçar as parcerias, tanto com os organismos responsáveis pelas pescas, como pelos que se ocupam das florestas e fauna/caça, desenvolvendo procedimentos de administração conjunta de sanções, tratamento de equipamento confiscado e sua eventual libertação, destruição ou confiscação e repartição equilibrada dos fundos das coimas. É necessário implicar os representantes locais do Estado, as autoridades tradicionais, as populações e os operadores turísticos, cultivando relações cordiais entre todos os intervenientes. Os sistemas de vigilância devem também ser suficientemente flexíveis, para impedir que se criem padrões que permitam a exploração das suas falhas pelos infractores. E devem ser financeiramente sustentáveis, sendo indispensável que funcionem mesmo em tempos de financiamento mais reduzido. À vigilância e à fiscalização estão, inevitavelmente, ligados a informação e a sensibilização.*

Medida 2.1.5 – Promover o debate interno nas comunidades residentes e entre todas as partes interessadas.

*O trabalho de identificação e envolvimento de todos os intervenientes na gestão das AP é uma tarefa contínua e sempre em actualização. A implicação dos actores, em particular das comunidades residentes, é não só uma questão de justiça e democracia, mas também uma necessidade para o sucesso da gestão das AP. O diálogo entre todos os intervenientes (residentes, utilizadores, sector privado, ONG, autoridades centrais e regionais) é fundamental para a identificação de problemas e soluções, para a resolução de conflitos, e para o reconhecimento e apropriação na base do papel das AP e dos processos que ali se desenvolvem. A disseminação da informação é indispensável para que o debate seja informado, abrangente e rigoroso. Para além das reuniões formais, informação escrita, programas de rádio, etc., grande parte do diálogo faz-se informalmente, no dia a dia da gestão das AP. Os quadros do IBAP estarão sempre disponíveis e promoverão esses contactos.*

Medida 2.1.6 – Reforçar a discussão, formação e sensibilização das ONG intervenientes nas AP.

*A maioria das ONG que intervêm nas AP está essencialmente vocacionada para as actividades de luta contra a pobreza e desenvolvimento sustentável. Estes objectivos não colidem com os das AP, antes os reforçam. Assim, faz parte da estratégia do IBAP apoiar e dinamizar estas intervenções, reconhecendo que as ONG têm um papel fundamental no funcionamento das AP. O IBAP deverá enquadrar o trabalho das ONG, garantindo que estas entendem e participam no desenvolvimento da missão das AP, evitando que se criem falsas expectativas junto das populações ou que se embarque em projectos potencialmente prejudiciais para a biodiversidade. Por outro lado, a grande experiência das ONG nacionais é um património ao qual os quadros do IBAP deverão ir buscar ensinamentos e visões estratégicas.*

Medida 2.1.7 – Criar mecanismos viáveis para o funcionamento efectivo dos Conselhos de Gestão das AP.

*Na Guiné-Bissau, o Conselho de Gestão é, por excelência, o órgão deliberativo de cada AP. Nele estão fortemente representadas as populações residentes, assim como representantes de outros utilizadores (p. ex. pescadores), sector privado (p. ex. operadores turísticos), ONG e representantes de diversos sectores do Estado. Cabe ao Conselho de Gestão tomar todas as decisões de fundo ligadas à gestão das AP. O Conselho de Gestão é o principal garante de que os processos são participativos e equitativos. A reunião dos Conselhos de Gestão apresenta dificuldades logísticas e encargos financeiros consideráveis, sobretudo nas AP insulares. É necessário estudar e desenvolver mecanismos e práticas que promovam a eficácia do funcionamento dos conselhos de gestão, evitando a sua paralisia em períodos de menor disponibilidade de recursos.*

Medida 2.1.8 – Adoptar procedimentos de selecção de quadros, consultores e parceiros recorrendo a avaliações transparentes, objectivas e rigorosas de CV e da qualidade das propostas.

*É não só a eficácia, mas também a imagem do IBAP que está aqui em jogo.*

Medida 2.1.9 – Reforçar as capacidades dos recursos humanos.

*O reforço das capacidades e conhecimentos dos quadros do IBAP, desde o topo da hierarquia aos guardas de parques, far-se-á por quatro vias principais: (1) estudo autodidacta de livros, artigos e documentos, (2) cursos de formação, (3) participação em projectos ou estudos em parceria com quadros técnicos internacionais, (4) intercâmbios e visitas de estudo entre AP nacionais e entre países da sub-região. Neste âmbito, é de salientar as oportunidades que surgem no âmbito das parcerias e projectos internacionais (p. ex. no quadro do PRCM, das actividades enquadradas pela Wetlands International ou de projectos de investigação particulares – a este propósito, ver os pontos 3.1.4., 3.2.1., 3.2.2., entre outros).*

Medida 2.1.10 - Definir planos de actividades, tarefas e objectivos, numa base mensal e anual, para todos os quadros do IBAP

*Estes ajudam a organizar o trabalho e a avaliar progressos, actuações individuais e colectivas e a redefinir abordagens e estratégias que provem ser deficientes.*

Medida 2.1.11 – Promover avaliações de desempenho objectivas, justas e motivadoras.

*Considerar mesmo a possibilidade de encontrar mecanismos, remuneratórios ou outros, de premiar quadros com desempenhos de maior relevo.*

Medida 2.1.12 - Estabelecer objectivos quantitativos e qualitativos inequívocos para a gestão das AP

*Estes podem ser relativos à conservação dos habitats ou de espécies, às actividades dos quadros e parceiros das AP, ou da prestação de compensações às populações residentes. Exemplos, com uma função meramente ilustrativa, poderiam ser: "A área de tarrafe dentro das AP não deverá decrescer mais do que 1% nos próximos 5 anos", ou, "A área de m'pampam no PNLC reduz-se progressivamente para metade, ao longo dos próximos 5 anos", ou, "É realizado um mínimo de N fiscalizações marítimas mensais nas APM", ou, "Todas as tabancas do PNLC têm acesso a uma escola*

*primária num raio de X km" (relativamente à monitorização de parte destes objectivos, ver actividades 3.3.1, 3.3.2 e 3.3.3).*

Medida 2.1.3. Dinamizar o Conselho Científico do IBAP e criar um Conselho Científico consultivo independente com personalidades e investigadores internacionais.

*Uma forma de conseguir valorizar os investigadores internacionais com trabalhos ou interesse na Guiné-Bissau e na sub-região seria recrutá-los, numa base voluntária e informal, para assessorar o Conselho Científico do IBAP (que é composto por personalidades nacionais), porventura criando um conselho científico internacional de funções meramente consultivas, que poderia opinar sobre projectos, planos de acção, relatórios de avaliação, planos de gestão, etc.*

**Acção 2.2: Promover o desenvolvimento sustentável nas AP**

Nota*: o financiamento das medidas de compensação e actividades de desenvolvimento sustentável não é feito directamente pelo IBAP. Prevê-se que o actual Fundo de Iniciativas Ambientais Locais (FIAL), do PGBZCGB, que financia o grosso dos apoios nas AP, venha a transitar para a FBGB (num compartimento separado daquele que sustentará o IBAP). Os fundos do FIAL, e de outros projectos e apoios, são canalizados para as AP através de iniciativas enquadradas por ONG nacionais.*

Medida 2.2.1 – Identificar os custos de oportunidades perdidas e os impactos da fauna selvagem nas populações

*As AP, para salvaguardarem recursos e ecossistemas funcionais de interesse nacional e mesmo internacional, impõem fortes restrições ao uso por parte das comunidades residentes. Se é verdade que estas comunidades também beneficiam de uma gestão mais racional dos recursos, é ainda assim inevitável que sofram de oportunidades perdidas devido às restrições, ou que tenham prejuízos causados pelos animais selvagens (sobretudo os hipopótamos, no caso da Guiné-Bissau). Estes prejuízos devem ser identificados e mesmo, quando possível, quantificados, de forma a fornecer um enquadramento para os planos de compensação.*

Medida 2.2.2 – Apoiar as ONG, com intervenção nas AP, na identificação das maiores carências e das oportunidades para um desenvolvimento sustentável.

*Não é prático nem economicamente sustentável criar um mecanismo de compensação directa para os prejuízos sofridos pelas comunidades residentes. As compensações devem beneficiar as comunidades em geral, e os mais desfavorecidos em particular, ajudando a colmatar carências mais prementes, repetidamente identificadas pelas próprias populações, como a falta de água potável, o transporte marítimo, a comunicação (rádio), a saúde de base e a educação primária. Existem também possibilidades de apoio ao desenvolvimento de práticas extractivas (pesca, frutos silvestres, mel, etc.) que deverão ter sempre uma forte garantia de sustentabilidade. Além disso, é necessário favorecer práticas alternativas (p.ex. arroz de bolanha em vez de arroz de m'pam-pam), mas sem deixar que os parques se tornem reféns da obrigação de encontrar essas mesmas alternativas sempre que for inevitável impor uma determinada regulamentação. Dentro das suas possibilidades, o IBAP apoiará (com meios técnicos e logísticos) e enquadrará as intervenções das ONG dentro das AP, procurando atrair projectos e iniciativas, e garantindo sempre que as comunidades residentes associam os apoios à existência da AP. Neste contexto, o IBAP deverá*

*criar documentação e organizar seminários dirigidos às ONG que actuam dentro das AP.*

Medida 2.2.3 – Apoiar o desenvolvimento de um ecoturismo que beneficie as comunidades residentes.

*O ecoturismo é a actividade de carácter sustentável com maior potencial de desenvolvimento dentro de AP que se destinam a proteger recursos estratégicos para a nação. Todas as outras actividades, extractivas ou agrícolas, têm que ser condicionadas a níveis de muito baixa intensidade, sob pena de se desvirtuarem os objectivos das AP. Já o ecoturismo é, por definição (não se trata aqui de turismo de massas ou balnear), uma actividade compatível com os objectivos das AP e com um potencial de rentabilidade crescente. O IBAP deve facilitar o desenvolvimento de iniciativas de um ecoturismo respeitador de valores naturais e culturais e ajudar a criar mecanismos que garantam que uma parte significativa das mais-valias reverte a favor das comunidades residentes nos parques.*

Medida 2.2.4 – Evitar que os apoios à população resultem num fenómeno de imigração que, a prazo, exacerbe os impactos humanos nas AP

*As medidas de compensação e os apoios ao desenvolvimento sustentável (se eficazes), aliados à preservação dos recursos naturais, podem resultar numa imigração para as AP, que conduziria a um ciclo de feedback positivo, com compensações crescentes, até a um inevitável ponto de ruptura (aliás, o rápido crescimento populacional da Guiné-Bissau, mesmo sem imigração, já é, por si só, um problema suficientemente preocupante). É indispensável criar mecanismos e práticas que impeçam que as actividades descritas nesta secção resultem na criação de problemas internos que acabem por destruir os valores que as AP se propõem proteger. Em particular, é preciso garantir que as actividades de desenvolvimento durável não colidem com uma forte preservação das zonas centrais das AP.*

**Acção 2.3: Iniciar ou dar continuidade a iniciativas tendentes à criação de novas AP**

Medida 2.3.1 – Concluir os estudos prévios para a definição das alternativas possíveis para a criação de uma AP nas florestas de Cantanhez.

*Cantanhez representa um dilema de grande dificuldade e talvez seja por isso que o processo da sua criação se tem arrastado tão longamente. Por um lado, as florestas de Cantanhez albergam um património de biodiversidade terrestre ímpar ao nível do país. Por outro, a área em questão é vasta, fragmentada e sofre pressões (caça, desbravamento para a agricultura) cujo controle se afigura virtualmente impossível com os meios do IBAP. O desaparecimento de parte da mega-fauna que ainda acolhe (por exemplo, os elefantes) é inevitável, mesmo a curto-prazo. A criação de uma AP de mais de 100.000 ha, englobando mais de 100 tabancas e 20.000 pessoas (segundo o que foi desenhado nalgumas propostas), sujeita a forte imigração, colocará ao IBAP desafios e exigências que podem afectar todo o seu funcionamento e sustentabilidade. Nos estudos e debates sobre a protecção desta área, há que ponderar cuidadosamente estas realidades, definir limites razoáveis e, quiçá, estudar possibilidades alternativas, como a criação de uma Reserva da Biosfera cujos núcleos centrais (as matas sagradas/florestas primárias) fossem classificados de Reservas Naturais, ligadas por corredores ecológicos, com um elevado grau de protecção. A*

*gestão do grande espaço de Cantanhez poderia ser parcialmente dinamizada por ONG, concentrando-se o IBAP nos núcleos e corredores de preservação integral.*

Medida 2.3.2 – Concluir as negociações com os parceiros, preparar e fazer aprovar um decreto oficial de criação da AP de Cantanhez.

*Esta é uma actividade urgente, tanto mais que o processo se arrasta, as expectativas das populações aumentam e os impactos sobre a floresta progridem incessantemente. Há a considerar a possibilidade de desenvolver projectos internacionais, numa AP transfronteiriça com a Guiné-Conacri.*

Medida 2.3.3 – Apoiar a gestão da AP de Cantanhez

*A implementação desta AP deverá ser feita em forte parceria com ONG há muito implantadas no terreno. Outros detalhes decorrerão, sobretudo, do tipo e da extensão geográfica da área protegida que virá a ser classificada.*

Medida 2.3.4 – Realizar um estudo de actualização sobre os ilhéus de preservação da RBBB e analisar a possibilidade de lhes conferir um estatuto de protecção oficial.

*A médio e longo prazo, no espírito do projecto da Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós, as zonas centrais desta área deverão, todas elas, beneficiar de um estatuto de protecção oficial. Tendo já sido criados dois parques nacionais e uma área protegida comunitária, restam essencialmente lacunas ligadas à protecção de pequenos ilhéus desabitados. A maior parte daqueles mais relevantes são locais sagrados na cultura Bijagó, com excepcional valor paisagístico e muitas vezes acolhendo colónias reprodutoras ou dormitórios de aves migradoras de valor assinalável. Se a classificação destas áreas não parece ser urgente, não há dúvida de que o nosso conhecimento sobre esta temática é incompleto e necessita de ser aperfeiçoado num prazo relativamente curto, com vista à classificação futura.*

# Pilar Estratégico III – Conhecimento e valorização da biodiversidade

Objectivos:

- Melhorar o conhecimento científico da biodiversidade, dos processos naturais, dos serviços prestados pelos ecossistemas e da utilização dos recursos renováveis nas AP e na sua periferia.

- Melhorar o conhecimento e as actividades de conservação dirigidas a espécies prioritárias

- Apoiar os decisores (Conselhos de Gestão das AP, Conselho de Administração e quadros do IBAP) através da identificação de prioridades e de uma avaliação científica da eficácia das actividades de gestão, obtida de um sistema de monitorização

- Promover o conhecimento, por parte do público e dos decisores, dos valores da biodiversidade e dos recursos naturais da Guiné-Bissau.

**Acção 3.1: Melhorar os conhecimentos sobre a biodiversidade e os bens e serviços prestados pelos ecossistemas**

Medida 3.1.1. Continuar o levantamento da biodiversidade (sobretudo nas AP) do país

*As actividades recentes do IBAP indicam que o património natural do país está longe de estar inventariado, sendo ainda possíveis descobertas relevantes, mesmo em grupos carismáticos e conspícuos, como os primatas. Estas descobertas são importantes, pois identificam necessidades de conservação, valorizam as AP e atraem o interesse internacional.*

Medida 3.1.2. Realizar prospecções biológicas na região do Boé, lançando as bases para eventuais actividades de conservação nesta região.

*Com a excepção da malograda iniciativa de criação de uma AP no Dulombi (nos anos 1990) pela Cooperação Canadiana, os programas e acções de conservação na Guiné-Bissau têm-se centrado na zona costeira. No entanto, na região das colinas do Boé existe, ao que tudo indica, um património natural excepcionalmente valioso, com a presença regular de grandes mamíferos raros e sensíveis, como o leão, numerosos primatas (incluindo o chimpanzé), uma densidade humana relativamente baixa, zonas de solos pobres com baixa vocação agrícola e, portanto, uma pressão menor do que na maior parte do país. Estrategicamente, esta seria uma área privilegiada para a criação de uma AP (quiçá um parque internacional, pois existem algumas iniciativas do lado da Guiné-Conacri), e talvez aquela que apresentaria melhores condições para a conservação do chimpanzé (e de vários outros mamíferos) a longo-prazo. No entanto, este é um processo a ser cuidadosamente preparado e ponderado, devendo começar-se por fazer estudos de base que permitam a identificação de valores, problemáticas e familiarização com o terreno e com as comunidades residentes.*

Medida 3.1.3. Estudar os modos tradicionais de exploração e gestão dos recursos naturais, assim como a sua evolução.

*Este é um aspecto fundamental, no apoio aos processos de gestão participativa e de uma compreensão efectiva das ameaças aos recursos, conhecimento sem o qual é impossível propor medidas de conservação e muito menos garantir a adesão das comunidades a essas mesmas medidas. Entre os recursos importantes contam-se, por exemplo, as madeiras, os produtos da palmeira (vinho, chabéu, "vassouras", etc.), os moluscos, os peixes e a caça. Estes estudos necessitam de uma boa integração entre conhecimentos sociológicos e ecológicos, e devem considerar a dimensão mística e ritual das regras do poder tradicional.*

Medida 3.1.4. Encorajar e apoiar investigadores e projectos de investigação nacionais e internacionais que pretendam desenvolver trabalho relevante na Guiné-Bissau, procurando fomentar as parcerias e a formação de quadros nacionais.

*As parcerias internacionais são fundamentais por três razões: (i) contribuem para a formação dos técnicos nacionais e para a melhoria dos conhecimentos científicos, (ii)*

*garantem a permanência de observadores independentes no país, que podem dar indicações importantes para a monitorização e avaliação das AP e da gestão da biodiversidade, (iii) prestigiam, nacional e internacionalmente, os valores da biodiversidade que estão a ser estudados, motivando para a sua conservação. O IBAP deverá apoiar iniciativas que preencham estes requisitos, escusando-se, no entanto, a esbanjar recursos escassos no apoio a actividades que não preencham estes critérios e que, além disso, não foquem temáticas prioritárias. Deverão também ser valorizadas as parcerias com instituições de pesquisa nacionais, como o GPC, o INEP e o CIPA.*

Medida 3.1.5. Disponibilizar a informação de forma efectiva, através de publicações e de bases de dados acessíveis.

*A investigação científica só é meritória se os seus resultados forem avaliados e validados tecnicamente por pares (o que é feito no processo de publicação em revistas científicas). A experiência demonstra que os riscos de os resultados dos esforços de investigação se perderem numa "literatura cinzenta" ou nos blocos de notas dos investigadores são muito reais. O IBAP deve exigir, aos seus técnicos e aos colaboradores nacionais e internacionais, que os resultados sejam devidamente publicados ou que, quando isto não é possível, fiquem disponíveis em bases de dados acessíveis e tecnicamente válidas.*

**Acção 3.2: Reforçar a monitorização e conservação de espécies e habitats prioritários**

Medida 3.2.1. Preparar e implementar planos de acção para algumas espécies prioritárias.

*Existem muitas espécies ameaçadas na África Ocidental, e na Guiné-Bissau em particular. A maioria delas beneficia, directa ou indirectamente, da gestão correcta dos ecossistemas e das AP. No entanto, para certas espécies mais emblemáticas e ameaçadas (ver Anexo 3), justifica-se um seguimento mais próximo e a identificação de acções específicas, tendentes à sua conservação e valorização (por exemplo, através do ecoturismo). Estas "flagship species" desempenham um papel fundamental nos sistemas de monitorização dos ecossistemas e na sensibilização do público, dos decisores e dos financiadores. Nesta linha, e no quadro do PGBZCGB, está a ser preparado um Plano de Acção para a conservação do chimpanzé e dos colobos. Está também planeada a preparação de um Plano de Acção para o manatim e a revisão do Plano de Acção para as tartarugas-marinhas (ambos a integrar em iniciativas ao nível da sub-região). Outra espécie importante, pelo papel no ecoturismo e pelos conflitos com as populações, é o hipopótamo. Finalmente, há a referir os tubarões e afins (raias, peixe-serra) que também têm sido uma preocupação de esforços concertados ao nível da sub-região. Os planos de acção devem conter medidas concretas dirigidas às espécies em questão (e.g. controlo do comércio de espécies protegidas, adopção de artes de pesca menos agressivas para as espécies ameaçadas) que sejam realistas, aplicáveis com os recursos do IBAP e dos seus parceiros.*

Medida 3.2.2. Reforçar as parcerias internacionais para a monitorização e conservação das aves migradoras.

*Existe uma longa tradição de parcerias internacionais (por exemplo, com as nações do Mar de Wadden ou com a Wetlands International) criadas a propósito da conservação de aves migradoras que unem, directamente, a Guiné-Bissau à maior parte dos países europeus, assim como aos países da faixa atlântica da costa africana. Foi neste*

*contexto que se classificou a Lagoa da Cufada como sítio Ramsar (estando outras áreas em classificação) ou que se criaram ONG nacionais como a Organização para a Defesa e o Desenvolvimento das Zonas Húmidas (ODZH). Pelo potencial que têm na cooperação Norte-Sul, os projectos internacionais focando as aves aquáticas migradoras serão merecedores de um especial apoio por parte do IBAP.*

Medida 3.2.3. Preparar e implementar um plano de monitorização dos tarrafes (mangais) e da sua exploração comercial.

*Entre os ecossistemas mais importantes da zona costeira da Guiné-Bissau figuram os tarrafes (mangais), pois desempenham serviços ecológicos importantes, como a protecção contra a erosão e o enriquecimento dos meios estuarinos, "nurseries" importantes para a reprodução de peixes, moluscos e camarões. Pouco se sabe, em termos quantitativos, sobre as pressões a que os mangais estão sujeitos e sobre a sua exploração comercial. A monitorização da evolução destas realidades permitirá avaliar a dimensão dos problemas e a eficácia da protecção concedida pelas AP com uma componente marinha.*

Medida 3.2.4. Preparar e implementar um plano de monitorização das florestas nas AP continentais ou em zonas que possam vir a ser classificadas

*Sem florestas, os valores mais significativos da biodiversidade terrestre do país desaparecerão. Os recursos e os serviços ecológicos proporcionados pelas florestas são imensos, incluindo a regulação regional do clima. As florestas estão sujeitas a uma pressão imensa, pelos madeireiros e, sobretudo, pela agricultura itinerante e pela criação de pomares. O sucesso das AP continentais medir-se-á, essencialmente, pela sua capacidade de proteger as áreas de floresta nelas incluídas. Um bom conhecimento da floresta é também necessário para actividades de zonamento e de criação de novas AP. A teledetecção remota e as parcerias com entidades internacionais são elementos essenciais para o bom sucesso de um plano desta índole.*

Medida 3.2.5. Preparar e implementar esquemas simples de monitorização de algumas espécies prioritárias da fauna e da sua exploração

*Para além da conservação do coberto vegetal, o sucesso das AP medir-se-á, em grande parte, pela capacidade de conservarem as espécies que as habitam. É fundamental criar planos de monitorização a longo-prazo, simples e exequíveis, recorrendo a meios disponíveis, nomeadamente implicando intensamente os guardas dos parques. Deverão ser seleccionadas espécies emblemáticas e vulneráveis, de detectabilidade relativamente fácil (por exemplo, primatas, tartarugas-marinhas, hipopótamos, certas aves de médio ou grande porte). Para tubarões e outros peixes, poderão fazer-se acordos com operadores de pesca desportiva ou mesmo com pescadores de subsistência. A monitorização de locais de desembarque de pescado ou de pontos de comercialização de carne de caça também são possibilidades a considerar.*

**Acção 3.3 – Divulgar os conhecimentos adquiridos junto do público, dos decisores e de todas as partes interessadas.**

Medida 3.3.1. Divulgar, com base em dados científicos credíveis, os serviços prestados pelos ecossistemas à população e ao Estado da Guiné-Bissau.

*O IBAP deverá delinear uma estratégia simples mas eficaz, cuidadosamente planeada e com objectivos bem definidos, para vulgarizar, junto dos decisores, dos quadros técnicos, das autoridades e das populações urbanas, a rede nacional de AP e a importância, para o país, dos ecossistemas e da biodiversidade que elas contêm. Neste contexto, é preciso reforçar os partenariados, com ONG (como a Palmeirinha, a AD ou a Tiniguena) ou outros parceiros. É preciso também produzir documentos e mensagens (televisão, rádio, debates, folhetos, livros, calendários, etc) de conteúdo técnico rigoroso e claro, cientificamente fundamentado.*

Medida 3.3.2. Divulgar as AP, seus objectivos, limites geográficos, modos de funcionamento e regulamentos.

*O segundo grande grupo-alvo das campanhas de informação e sensibilização situa-se mais ao nível do interior das próprias AP e das regiões onde elas se implantam, incluindo ao nível das autoridades locais. Aqui, existem elementos de comunicação essenciais, que têm menos relevância ao nível nacional. Exemplos de temáticas prioritárias incluem questões como os limites das AP e seu zonamento, os regulamentos específicos, modos de funcionamento e informações que sustentem debates promotores da gestão participativa. Parceiros privilegiados destas campanhas são ONG implicadas no desenvolvimento sustentado dentro das AP, rádios locais (rádio Djan-djan), etc.*

# Estratégias de Implementação

**Possíveis fontes de financiamento**

Existem diversas fontes potenciais de fundos para garantir o funcionamento do IBAP. Provavelmente, nenhuma delas garantirá um financiamento estável e suficiente para um funcionamento pleno das AP. Assim, um dos elementos estratégicos fundamentais para o IBAP consiste na procura da diversificação de fontes de financiamento, que garantam o atingir de uma diversidade de objectivos e uma segurança acrescida.

Assim, nos próximos anos, o IBAP deverá procurar garantir financiamentos das seguintes fontes:

1. *Orçamento de Estado*. A maioria dos governos de países em desenvolvimento prefere financiar programas com claras implicações no desenvolvimento económico e no apoio social. Mas os governos podem ser persuadidos a aumentar a sua contribuição orçamental para as AP, sempre que for possível demonstrar que estas também são geradoras de mais-valias económicas, como as que decorrem da pesca, da caça, da venda de licenças a frotas internacionais, do ecoturismo e de outros serviços proporcionados pelos ecossistemas.
2. *Receitas provenientes da concessão de licenças, serviços e da cobrança de multas penalizadoras de infracções*. Estas incluem pagamento de entrada para pescadores desportivos, turistas e outros visitantes que beneficiem das AP, licenças de filmagem, etc. As receitas provenientes das multas também podem dar uma contribuição significativa, nomeadamente para manter sistemas de vigilância

eficazes, mas necessitam ser partilhadas com outras entidades (Fiscap, Polícia, etc.) que colaboram nas actividades de fiscalização.

3. *Compensações financeiras resultantes de grandes projectos nacionais (e.g. exploração petrolífera, fosfatos) cujos impactos (potenciais ou efectivos) não possam ser completamente mitigados*. Com o desenvolvimento do sistema nacional de avaliações de impacto ambiental, serão cada vez mais os projectos sujeitos a avaliação e à imposição de medidas compensatórias. As próprias empresas ou corporações responsáveis pelos empreendimentos têm interesse em promover uma imagem "verde" e a melhor forma de o fazerem, para além da utilização de tecnologias e práticas limpas, é o apoio a agências como o IBAP.
4. *Doações de agências internacionais de cooperação e apoio ao desenvolvimento, organizações não-governamentais (ONG), corporações, fundações ou indivíduos.* À medida que a biodiversidade mundial se vai erodindo, torna-se evidente a responsabilidade moral acrescida (para além do interesse económico) dos países mais desenvolvidos em apoiar as nações tropicais na conservação de patrimónios que são do interesse universal. Financiadores como a Cooperação Suíça, a Fundação MAVA, a FIBA, a União Europeia ou o *Global Environment Facility* (GEF) têm tido um papel importante no financiamento da Guiné-Bissau. Muitos outros têm vindo a demonstrar o seu interesse, sendo necessário alimentar e promover essa vontade de estabelecer parcerias. O aproveitamento de tais financiamentos tem que ser sempre feito de forma que não se levantem suspeitas (seguramente infundadas) de que existe uma cedência da soberania nacional ou das populações locais perante interesses do exterior.

**Recursos Humanos**

A implementação desta estratégia é, naturalmente e em primeiro lugar, responsabilidade dos quadros do IBAP. Estes quadros dificilmente serão suficientes para a execução de todas as acções consideradas prioritárias. Exemplos evidentes são a insuficiência de guardas de parque nalgumas AP de maior superfície ou o reduzido número de técnicos dedicados à investigação e monitorização do ambiente. No entanto, há que resistir à tentação de alargar o quadro de pessoal do IBAP para níveis muito para além do que será comportável em períodos com menor disponibilidade financeira (por exemplo, em períodos sem grandes projectos em curso). Se é verdade que é possível fazer algumas contratações temporárias no âmbito de projectos ou financiamentos pontuais, a estratégia que assegura maior robustez será a de racionalizar e qualificar os recursos humanos actualmente disponíveis e, acima de tudo, dinamizar parcerias que garantam a potenciação de recursos humanos de outras instituições ou das comunidades para a implementação desta estratégia (ver abaixo).

Ainda no que concerne a gestão racional dos recursos humanos (e também materiais), é preciso salientar o importante papel da Casa de Ambiente e Cultura da RBBB, situada em Bubaque, que servirá de centro de coordenação das actividades das AP insulares, em particular do PNO e do

PNMJVP, facilitando a comunicação, a criação de sinergias, a economia de meios e a uniformidade de abordagens (ver Anexo 2).

**Parcerias para a Implementação**

A promoção efectiva de parcerias é um imperativo prático (o IBAP, sozinho, não tem capacidade para cumprir a sua missão) e um imperativo da ordem dos valores da democracia e da inclusão social e institucional. São inúmeros os parceiros necessários e mesmo incontornáveis:

As Instituições do Estado: o estabelecimento de parcerias e de protocolos de cooperação com autoridades locais (Governadores de Região e de Sector), entidades de planeamento (como o GPC), de promoção ao desenvolvimento (como o Ministério do Turismo), de fiscalização (como a Fiscap ou os Serviços das Florestas e Fauna), de investigação (CIPA, INEP) e autoridades de avaliação de impacto ambiental (CAIA) deve ser uma prioridade fundamental do IBAP. O IBAP necessita destes parceiros para desempenhar a sua missão com sucesso. Por outro lado, toda a estrutura do Estado (nomeadamente os diferentes ministérios) tem que compreender e integrar o IBAP, enquanto peça fundamental na gestão nacional de recursos haliêuticos, da caça, da luta contra a pobreza através do desenvolvimento sustentável, do combate à desertificação e erosão costeira, etc.

As Organizações Não Governamentais: as ONG nacionais têm sido parceiros privilegiados do estudo, criação e implementação da rede de AP. Em áreas como Cantanhez ou Urok, as ONG (como a Tiniguena ou a AD – Acção para o Desenvolvimento) tomaram mesmo uma posição de liderança na condução dos processos. Noutras áreas, existe uma rica experiência ao nível de animação das comunidades de base e dinamização de projectos de apoio ao desenvolvimento (veja-se a longa experiência da Swissaid no parque de Cacheu, mas também outras ONG como a Nantiniyan, AFAIOG -Associação de Filhos e Amigos de Orango Grande, ADIM e Totokan, no arquipélago dos Bijagós, ou a Divutec e a ADS, com uma actividade mais recente, na região da Cufada). Faz parte da estratégia do IBAP apoiar e dinamizar estas intervenções, reconhecendo que as ONG têm um papel fundamental no funcionamento das AP e ao mesmo tempo garantindo que as acções de apoio ao desenvolvimento não colidem com os objectivos das AP, antes os reforçando.

ONG como a Palmeirinha, a Rádio Djan-Djan, a AD ou a Tiniguena também têm uma grande experiência e vocação para a difusão e sensibilização ambiental (através de programas de rádio, publicações, cartazes, calendários, folhetos, Escolas de Verificação Ambiental, etc.), sendo parceiros fundamentais para a sensibilização das populações das AP, mas também dos decisores e da sociedade em geral.

As comunidades de base: as comunidades de base, enquanto participantes activos na gestão das AP (por exemplo, através dos Concelhos de Gestão) são parceiras privilegiadas do IBAP. Existem numerosos pontos de convergência e de interesse comum entre as populações residentes e o IBAP, por exemplo na protecção dos recursos das AP relativamente às depredações causadas por

visitantes do exterior, ou ainda no desenvolvimento de projectos demonstrativos da viabilidade de um desenvolvimento sustentável e respeitador.

Os parceiros internacionais: desde logo, temos financiadores importantes, como as agências de cooperação de diversos países (e.g. Holanda, Suécia, Portugal, Espanha, União Europeia), a FIBA, a MAVA, o Banco Mundial, etc.

São igualmente parceiros importantes do IBAP todas aquelas instituições da sub-região com interesses na biodiversidade e nas AP, particularmente aquelas agrupadas no seio do PRCM e da Rede Regional de Áreas Protegidas Marinhas (RAMPAO), ou ainda ONG internacionais como a UICN, a *Wetlands International* ou o WWF.

Nos domínios da investigação e monitorização ambiental, é importante a dinamização de projectos conjuntos com universidades ou institutos internacionais, contribuindo para uma elevação dos padrões científicos e para a formação dos quadros nacionais.

Será também ao nível de investigadores e de membros de organizações internacionais que se poderão recrutar parceiros para assessorar o Conselho Científico do IBAP ou ainda para vir a apoiar tecnicamente o Conselho de Administração da futura FBGB.

# ANEXO 1

## As Áreas Protegidas da Guiné-Bissau
## Breve caracterização, situação actual e desafios

### PARQUE NACIONAL DE ORANGO

**Caracterização geográfica**
Situado no sul do arquipélago dos Bijagós, o PNO cobre uma área de 158 000 ha, onde predomina a componente marinha, e é composto por 5 ilhas principais (Orango Grande, Canogo, Meneque, Orangozinho e Imbone), para além de diversos ilhéus, cobrindo um total de cerca de 26 000 ha de terras permanentemente emersas. Na periferia das ilhas encontram-se grandes superfícies de vegetação de mangal / tarrafe (17 000 ha, representando um terço do mangal do arquipélago) e extensos bancos de lodo e de areia (13 600 ha) que são descobertos na baixa-mar. As ilhas são separadas entre si por estreitos braços de mar ("rios") e por mangais, nos quais se desenham inúmeros canais.

Para além do grupo de ilhas, o Parque nacional inclui, dentro dos seus limites, uma área marinha que se estende até à batimétrica de 10 metros. Isto significa que nas zonas viradas a sul, os limites do Parque estão a cerca de 10 milhas ao largo da costa das ilhas, mas nos outros lados do Parque esta distância é muito mais curta.

**Situação institucional**
Este parque foi criado em 1997, embora só oficializado mais tarde, em Dezembro de 2000, pelo Conselho de Ministros da Guiné-Bissau, através dos Decretos-lei 11, 12 e 13/2000, publicados no Boletim Oficial 49, de 4 de Dezembro de 2000. Sob a tutela directa do IBAP, o PNO já viu o seu Conselho de Gestão reunir-se por diversas vezes, tem um regulamento interno aprovado e um plano de gestão em preparação.

**Património Ambiental**
As paisagens terrestres do PNO são dominadas por palmares e por savanas arbustivas, mas os maiores valores ecológicos encontram-se ligados ao meio marinho, às extensas zonas intermareais e aos mangais. Entre os grandes mamíferos, destacam-se os hipopótamos *Hippopotamus amphibius*, os manatins *Trichechus senegalensis* e os golfinhos-corcunda *Sousa teuszii*, que encontram no parque excelentes condições ecológicas, provavelmente as melhores do arquipélago para estas espécies. De salientar que os hipopótamos (com uma população possivelmente superior a duas centenas de indivíduos) têm a particularidade de, nesta zona, passar grande parte das suas vidas em águas marinhas, fenómeno quase único a nível africano. Também ligadas ao meio aquático estão as tartarugas-marinhas, das quais nidificam no parque 4 espécies (*Chelonia mydas*, *Lepidochelys olivacea*, *Eretmochelys imbricata*, *Dermochelys coriacea* – as duas últimas são bastante raras), com várias centenas de ninhos por ano. Entre os répteis, destacam-se também os crocodilos do Nilo *Crocodylus niloticus* e, aparentemente, os crocodilos-pretos

*Osteolaemus tetraspis*, que poderão ser bastante raros. No que diz respeito às aves, o PNO alberga uma parte significativa das 700.000 limícolas migradoras que invernam no arquipélago dos Bijagós. Existem também colónias de aves marinhas, sobretudo de gaivinas (particularmente *Sterna caspia* e *Sterna maxima*) que chegam a juntar milhares de ninhos e que são de importância internacional. Das aves terrestres, há a salientar a presença do papagaio-cinzento *Psittacus erithacus*, que é francamente raro a nível nacional.

Os recursos em peixe do PNO são riquíssimos, mas estão pouco estudados. De facto, esta zona tem atraído pescadores de todo o país e do estrangeiro, que se dedicaram à captura de peixes de médio ou grande tamanho, nomeadamente tubarões, barracudas e sereias (Carangidae). As vastas áreas de mar pouco profundo, com canais e mangais, constituem excelentes zonas de reprodução e crescimento para numerosas espécies de elevado valor comercial. Nos bancos de areia, rochas e nas raízes do mangal encontram-se importantes recursos de moluscos, nomeadamente ostras, que desempenham um papel fundamental na segurança alimentar das populações residentes.

**Comunidades humanas residentes**

Segundo o censo populacional de 1997, a população residente no PNO é composta de 2268 habitantes distribuídos por 33 tabancas. Cerca de 95% dos residentes são da etnia Bijagó.

A actividade principal das populações residentes é uma agricultura de subsistência, onde predomina o cultivo do arroz, seguindo de outras produções menos importantes como o feijão ou a mancarra. A criação animal é feita de forma extensiva, existindo, nomeadamente, vacas e porcos que vivem em completa liberdade e de forma bastante independente do Homem. As colheitas dos recursos dos palmares de *Elaeis guineensis* (formações semi-naturais), nomeadamente o chabéu (do qual se extrai óleo de palma), também desempenham um papel importante na economia doméstica. A pesca é, essencialmente, uma actividade de subsistência, excepto aquela que é feita por pescadores vindos do exterior. Recentemente, tem-se assistido a uma expansão da cultura do caju, cuja venda (da castanha) proporciona a principal fonte de receitas, ao nível da economia monetária, para as populações do parque.

No PNO existe um Hotel, na praia de Eticoga, que está a desenvolver um programa de vocação ecoturística. Na tabanca de An-ôr foram construídas também instalações para acolher ecoturistas que ali se deslocam essencialmente para observar os hipopótamos.

Está prevista, para breve, a construção de um posto avançado da FISCAPE junto a Uíte (Orangozinho), o que poderá ser relevante no contexto da fiscalização conjunta das águas do PNO e também do PNMJVP.

**Problemáticas de conservação e intervenções prioritárias**

O Parque Nacional de Orango conheceu, recentemente (em 2004), um grande sucesso na sua gestão ambiental, ao serem retirados do seu perímetro 12 acampamentos semi-permanentes de pescadores estrangeiros. De facto, a

presença destes acampamentos tinha grandes impactos ao nível do corte de mangal para fumagem de peixe, captura ilegal de tartarugas e outras espécies protegidas (incluindo aves), excessiva pressão sobre os recursos haliêuticos, etc, sem falar nos impactos sociais e culturais sobre as comunidades tradicionais Bijagós. A retirada destes acampamentos havia sido identificada como uma medida altamente prioritária pelo Conselho de Gestão, reunido pela primeira vez em Abril de 2000.

Os principais problemas com que actualmente o parque se confronta incluem a continuação da pesca (ilegal) por pescadores alóctones nas suas águas, com depleção de stocks importantes, como os de raias e tubarões e a captura acidental de animais ameaçados como as tartarugas e os manatins. Outro problema que necessita de uma solução (ou, pelo menos, da implementação de medidas minimizadoras ou compensatórias) é a hostilidade das populações humanas residentes relativamente aos hipopótamos, que causam prejuízos consideráveis nos campos de arroz. É necessário também fazer respeitar as zonas centrais do parque, nomeadamente a área de Imbone, interditando a instalação de tabancas nessas áreas. A captura de tartarugas em desova e a colheita de ovos também é realizada com alguma frequência pela população residente, com grande impacto nos animais. Outro problema grave é a realização, sem critérios ou planeamento, de queimadas que periodicamente destroem parte importante do coberto vegetal terrestre. Questões preocupantes de alguma relevância incluem também o corte de árvores para a construção naval, a captura e comércio de papagaios-cinzentos, a caça ilegal e a expansão das plantações de caju.

Outras questões que estão por estudar incluem o impacto da existência de animais domésticos em estado selvagem (porcos, vacas), nomeadamente em zonas centrais do parque, como na ilha de Imbone.

Finalmente, há a referir o problema potencial que representa a exploração petrolífera *offshore*, sobretudo se efectuada sem recorrer às melhores práticas relativamente aos cuidados com o ambiente, com a possibilidade sempre real de que um acidente ou fugas de hidrocarbonetos resultem numa maré-negra, cujas consequências seriam potencialmente catastróficas. Cabe à hierarquia do IBAP procurar influenciar e criar sinergias junto da Direcção Geral do Ambiente, da CAIA e do Gabinete do Primeiro Ministro, para além do Ministro da Tutela, no sentido de serem implementadas boas práticas e de, se necessário, se encontrarem medidas minimizadoras e compensatórias dos impactos.

## PARQUE NACIONAL MARINHO DE JOÃO VIEIRA - POILÃO

### Caracterização Geográfica

Mais de 95% dos cerca de 49 500 ha da área deste parque correspondem a zonas intermareais e, sobretudo, a águas marinhas pouco profundas, na sua maioria com menos de 10m de profundidade, mas que localmente chegam aos 30m. As terras permanentemente emersas limitam-se a 4 pequenas ilhas principais (João Vieira, Cavalos, Meio e Poilão), que cobrem uma área total de apenas 1500 ha, e a alguns pequenos ilhéus e bancos de areia.

### Situação institucional

O PNMJVP foi oficialmente criado em Agosto de 2000 (decreto 6-A/2000). Em 2001, este parque foi declarado pelo Estado da Guiné-Bissau como Dom à Terra (Gift to the Earth), no âmbito da campanha mundial promovida pelo WWF.

### Património Ambiental

O factor decisivo que levou à identificação desta área como uma das zonas de maior valor ecológico do arquipélago dos Bijagós é a presença de uma importantíssima zona de reprodução de tartarugas-marinhas no ilhéu do Poilão. Só no ano de 2001, estima-se que ali foram depositadas cerca de 7000 posturas de tartaruga-verde *Chelonia mydas*, o que faz deste local o mais importante para esta espécie em toda a costa ocidental de África, e o terceiro mais importante ao nível do Oceano Atlântico. No parque também desova um pequeno número de tartarugas-de-pente *Eretmochelys imbricata*, espécie criticamente ameaçada. Também de importância internacional são as colónias de garajaus, nomeadamente de garajau-real *Sterna maxima* (por exemplo, 19 900 casais detectados a nidificar junto à ilha dos Cavalos, em Maio de 2006), e de garajau-grande *Sterna caspia*. Estas concentrações são seguramente suficientes para declarar a zona como sendo de importância internacional e sítio Ramsar. Esta zona também é relevante para muitas aves aquáticas migradoras, nomeadamente limícolas e gaivinas que se encontram aqui em números apreciáveis. Embora não existam estudos quantitativos, é do conhecimento geral que a zona é extremamente rica em peixes, nomeadamente em sareias (Carangidae) e em tubarões, o que tradicionalmente atraiu pescadores comerciais e também pescadores desportivos. Em terra, há a salientar a existência de algumas pequenas manchas de floresta sub-húmida primária, cuja fauna e flora estão mal estudadas, mas que acolhem, por exemplo, uma população de papagaios-cinzentos *Psittacus erithacus timneh*, uma espécie rara a nível nacional.

### Comunidades humanas residentes

Este parque não tem populações residentes que o habitem em permanência, já que, na cultura Bijagó, estas ilhas são sagradas e as actividades humanas que ali se desenrolam estão sujeitas a numerosas regras, rituais e tabus. No entanto, as ilhas têm donos tradicionais, que residem na ilha de Canhabaque (a norte do parque). Assim, a ilha de Cavalos pertence à tabanca de Bine, João Vieira pertence a Meneque, Meio pertence a Inhoda e Poilão a Ambeno. Poilão e Cavalos normalmente são só esporadicamente visitados pelos seus proprietários tradicionais, no quadro de cerimónias de significado sagrado, e ali

não decorrem actividades extractivas. No Meio há alguma actividade de colheita de chabéu e outros produtos das numerosas palmeiras que ali crescem. Já em João Vieira há uma presença e uma intervenção humana mais intensa. Por um lado, pratica-se aqui uma agricultura de m'pampam (embora isto não aconteça todos os anos) e extracção de produtos da palmeira. Por outro, existem aqui dois "acampamentos" turísticos, com construções definitivas e capacidade para acolher um pequeno número de pescadores desportivos, que fazem de João Vieira base para excursões de pesca na maior parte da área do parque. É também em João Vieira que está instalada a sede do parque. Para além da pesca desportiva, o parque tem potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo, graças às magníficas paisagens, ao sossego, às colónias de aves marinhas e, sobretudo, às zonas de reprodução das tartarugas-marinhas.

**Problemáticas de conservação e intervenções prioritárias**

As medidas de conservação e vigilância já implementadas têm sido relativamente bem sucedidas na protecção das tartarugas-marinhas nas praias de desova e nas águas adjacentes. A área é uma reserva de pesca com várias condicionantes, que se pretende venha a constituir um importante núcleo de preservação dos recursos haliêuticos, conservando espécies raras e permitindo o repovoamento das regiões adjacentes. Após poucos anos de funcionamento, certos operadores de pesca turística notam já um aumento da biomassa de alguns peixes. No entanto, as pressões dos pescadores nacionais e estrangeiros para pescar comercialmente nas águas do parque é muito grande, e só a continuação de uma política determinada em manter esta reserva de pesca poderá garantir o seu sucesso no futuro. Para isto, é determinante a manutenção de um sistema de vigilância marítima eficaz e de uma presença bastante regular no ilhéu de Poilão.

A gestão das zonas terrestres também apresenta alguns problemas. Há uma tendência para uma progressiva sedentarização das populações na ilha de João Vieira (que tradicionalmente tinha uma presença sazonal), com a introdução de animais (como os porcos) que provavelmente terão um impacto significativo nos ecossistemas terrestres e com a continuação das práticas de queimadas para a agricultura itinerante, que afecta as interessantes florestas sub-húmidas daquela ilha. A perseguição ilegal ao papagaio-cinzento, espécie rara na Guiné-Bissau, também é uma realidade, embora possivelmente em declínio, devido à intervenção e influência das autoridades do IBAP.

Tal como no PNO, há que considerar ainda o problema potencial que representa a exploração petrolífera *offshore*.

## ÁREA MARINHA PROTEGIDA COMUNITÁRIA DAS ILHAS DE FORMOSA, NAGO E CHEDIÃ (ILHAS UROK)

### Caracterização Geográfica

O grupo de ilhas de Formosa, designado tradicionalmente Urok, integra três ilhas habitadas (Formosa, Nago e Chediã), para além de vários ilhéus desabitados. Esta Área Protegida tem uma superfície total de 94 200 ha, incluindo 14 700 ha de terras emersas, 6600 ha de mangal e 20 300 ha de zonas intermareais vasosas. A área marinha que rodeia as ilhas estende-se até à isóbata dos 10 metros.

### Situação institucional

Esta AP foi formalmente criada em 12 de Julho de 2005 (através do Decreto-Lei nº 8, 2005). Embora seja a mais recente das AP da Guiné-Bissau, esta é também a que está mais avançada em termos de operacionalização do seu Conselho (ou Comité) de Gestão e é a única que tem um Plano de Gestão aprovado e publicado. Estes sucessos são fruto de um intenso trabalho desenvolvido pela ONG Tiniguena, que, com o apoio de diversos parceiros internacionais (particularmente a FIBA), tem dinamizado e organizado as populações residentes e a gestão da AP.

### Património Ambiental

O território de Urok engloba uma parte significativa do imenso património natural, cultural e paisagístico do arquipélago dos Bijagós. As vastas áreas de tarrafe, os bancos de areia e vasa e os canais e as águas marinhas pouco profundas formam um ecossistema de elevada produtividade, muito rico em moluscos e peixes, sobretudo, com grande importância para os recursos haliêuticos ao nível local e regional. É neste meio que se move todo um conjunto de animais de grande interesse do ponto de vista da conservação da biodiversidade. Por um lado, temos manatins e golfinhos-corcundas, habitantes das águas pouco profundas e dos canais, que têm em Urok populações provavelmente significativas, ainda que não quantificadas. Por outro, é toda uma panóplia de aves aquáticas (como os flamingos, garças, pelicanos, águias-pesqueiras, gaivinas e um grande número de espécies de limícolas), na sua maioria migradoras, que se alimenta nos bancos de areia e vasa ou na borda de água. Censos já realizados sugerem que o número de aves aquáticas que utiliza esta AP poderá ascender às 190 000, o que por si só confere enorme importância internacional a esta área. De salientar também a presença de hipopótamos de hábitos parcialmente marinhos. Embora bastante escassas, as tartarugas marinhas também se reproduzem nas praias arenosas destas ilhas.

Os ecossistemas terrestres são dominados por palmares, por savanas e, localmente, por algumas manchas florestais. As zonas mais arborizadas são regularmente utilizadas para a agricultura itinerante, nomeadamente para a produção de arroz de m’pampam.

### Comunidades humanas residentes

Segundo o recenseamento de 1991, a população residente contava com 2572 habitantes, distribuídos por 33 tabancas. As ilhas de Urok são habitadas

maioritariamente por Bijagós, seguidos por papéis (maioritários na ilha de Nago), mandingas e nhomincas.

A agricultura é a actividade principal das populações residentes, predominando o cultivo do arroz de m'pampam, associado a outros cultivos com menos expressão e a alguma horticultura. Os pomares de caju têm conhecido uma expansão assinalável em anos mais recentes, como aliás em todo o país. Também relevante é a criação extensiva de animais, nomeadamente bovinos e suínos, assim como algumas aves domésticas como as galinhas e os patos. A colheita e processamento de produtos naturais, como os bivalves (sobretudo combé e lingrons) ou os produtos da palmeira (chabéu, vinho de palma), também tem um enorme relevo na economia doméstica.

Embora em tempos históricos o povo Bijagós tenha sido famoso pelas suas capacidades e conhecimentos de marinharia, nos últimos séculos esta tradição perdeu-se e as actividades de pesca, por exemplo, são essencialmente efectuadas para a subsistência individual ou familiar. Só em anos mais recentes é que a presença de pescadores comerciais (sobretudo nhomincas) veio atrair os jovens bijagós para esta actividade.

**Problemáticas de conservação e intervenções prioritárias**

Os modos de gestão e exploração dos recursos tradicionais dos residentes Bijagós, praticados ao longo de séculos, permitiram a chegada, até aos nossos dias de um rico património natural. No entanto, em anos recentes, a relativa proximidade nas ilhas de Nago e Chediã ao continente favoreceu uma colonização por parte de etnias do continente (nomeadamente papéis, provenientes de Biombo) que ali se instalaram, explorando os recursos numa perspectiva mais comercial e aumentando as trocas com o exterior. Isso tem-se traduzido no aumento da pressão sobre várias espécies e no enfraquecimento das regras tradicionais de gestão, até porque promove a adopção de práticas de exploração mais intensivas por parte dos próprios habitantes tradicionais das ilhas. Naturalmente, e tal como em toda a zona costeira na Guiné-Bissau, um factor de pressão crescente é representado pelos pescadores artesanais estrangeiros, vindos particularmente do Senegal e da Guiné-Conacri.

Do ponto de vista da biodiversidade, estas pressões traduzem-se em problemas como a sobre-exploração de moluscos e peixes, a pesca insustentável de cartilagíneos ameaçados como os peixe-serra, os tubarões ou as raias-guitarra, a captura acidental ou intencional de manatins e de tartarugas-marinhas e o corte de tarrafe para a fumagem de peixe. Estes fenómenos, se não foram contrariados por medidas efectivas de gestão do espaço e dos recursos naturais, têm uma enorme tendência para se agravarem, à medida que mais e mais pescadores estrangeiros ou de outras zonas do país se deslocam de zonas onde os recursos foram praticamente esgotados, na busca dos últimos stocks de peixe que ainda têm alguma expressão e riqueza. O plano de gestão desta AP define um certo número de regras muito interessantes que definem os tipos de artes e actividades de pesca permitidos em diferentes zonas do território de Urok. Resta saber se existirá uma capacidade real de fazer respeitar as regras, sobretudo junto dos não residentes, e se estas medidas são suficientes para permitir uma

preservação significativa dos stocks e dos seus habitats de reprodução e crescimento.

Outra ameaça potencial sempre presente é a da instalação de empreendimentos turísticos que não sejam respeitadores do ambiente e das comunidades residentes, da sua cultura e da sua organização social. Existe já uma má experiência nesse sentido, na ilha de Chediã, que teve lugar na década de 90.

Tal como nas outras AP marinhas, há que referir o problema potencial que representa a exploração petrolífera *offshore*, sobretudo se efectuada sem recorrer às melhores práticas relativamente ao cuidados com o ambiente, com a possibilidade sempre real de que um acidente ou fugas de hidrocarbonetos resultem numa maré-negra, cujas consequências seriam potencialmente catastróficas. Cabe à hierarquia do IBAP procurar influenciar e criar sinergias junto da Direcção Geral do Ambiente, da CAIA e do Gabinete do Primeiro Ministro, para além do Ministro da Tutela, no sentido de serem implementadas boas práticas e de, se necessário, se encontrarem medidas minimizadoras e compensatórias dos impactos.

**Outras notas**

Como foi referido acima, foi graças à ONG Tiniguena, que foi possível todo o processo de identificação, criação e funcionamento inicial desta AP, a muitos títulos exemplar. O papel da Tiniguena está, aliás, descrito e consagrado no Decreto-Lei que cria e regulamenta esta AP comunitária. É preciso, no entanto, reconhecer que o IBAP também deverá desempenhar um papel minimamente activo nesta área. Por um lado, há uma necessidade de apoios ao nível da vigilância e repressão de actividades ilegais, para a qual são necessários meios logísticos (embarcações, etc.) e uma autoridade oficial que a Tiniguena e as comunidades das ilhas não têm à sua disposição. Por outro, só o envolvimento, ainda que limitado, de uma estrutura oficial como o IBAP, poderá garantir um acompanhamento, vigilância e monitorização técnica e científica a longo-prazo que seja eficaz e durável.

## PARQUE NATURAL DOS TARRAFES DE CACHEU

### Caracterização geográfica

Este parque protege uma parte significativa do estuário do rio Cacheu, assim como algumas terras emersas de ambas as margens, nomeadamente uma área, na parte sul do parque, denominada "triângulo de Cobiana". No total, o parque cobre uma área de 80 000 ha e cerca de metade desta área corresponde a tarrafes (mangais), bancos de vasa e águas estuarinas. Nos limites da área do PNTC existem duas cidades de alguma importância: Cacheu e São Domingos.

### Situação institucional

Este parque foi criado em 1997, embora só oficializado mais tarde, em Dezembro de 2000, pelo Conselho de Ministros da Guiné-Bissau, através dos decretos-lei 11, 12 e 13/2000, publicados no Boletim Oficial 49, de 4 de Dezembro de 2000. O Conselho de Gestão do PNTC já se reuniu por diversas vezes, estando em preparação um regulamento interno e um plano de gestão.

### Património ambiental

Como o próprio nome do parque indica, a criação desta AP está relacionada com os extensos povoamentos de tarrafe ali existentes. Este tipo de biótopo encontra-se em regressão por todo o mundo, particularmente em África. No estuário do Cacheu encontramos uma mancha que poderá representar o maior bloco contínuo de tarrafe de toda a África Ocidental, com cerca de 30 000 ha dentro dos limites do PNTC. Adjacentes ao tarrafe, encontram-se bancos de vasa que acolhem elevadas densidades de aves aquáticas migradoras, havendo registos, por exemplo, de milhares de flamingos-pequenos *Phoenicopterus minor*, uma espécie escassa na África Ocidental, para além de numerosas garças, pelicanos e limícolas de várias espécies. O estuário, em parte graças ao tarrafe a ele associado, é de enorme importância para a reprodução e crescimento de numerosos peixes (nomeadamente barracudas), moluscos (particularmente ostras) e crustáceos (camarões) de enorme interesse comercial, quer para a pesca industrial quer para a pesca artesanal, e com um importante papel na segurança alimentar das populações. Neste meio rico, encontramos também populações de manatins e hipopótamos, espécies de grande interesse do ponto de vista da conservação.

O património dos sectores terrestres do parque é menos significativo e encontra-se em degradação progressiva, particularmente na parte norte, onde a floresta é já muito escassa e em rápida regressão. Grandes animais, como o búfalo *Syncerus caffer*, o cobo *Kobus kob* ou a sitatunga *Tragelaphus spekei*, desapareceram nas décadas mais recentes. Na margem esquerda (sul), existe uma área de floresta ainda relevante, com uma densidade populacional mais baixa, onde subsistem ainda alguns grandes predadores, como o leopardo *Panthera pardus* ou a hiena *Crocuta crocuta*, mas nada se sabe sobre o seu estatuto de conservação.

### Comunidades humanas residentes

Segundo o censo populacional de 1997, a população residente no PNTC é composta por 7930 habitantes, distribuídos por 41 aglomerados populacionais.

Nas proximidades do parque existem ainda duas cidades importantes (Cacheu e São Domingos), com populações em rápido crescimento. Os grupos étnicos predominantes no PNTC são felupe, cobiana, manjaco, baiote, balanta e banhum. Na parte norte do parque, e nas proximidades dos seus limites, residem numerosos senegaleses, refugiados do conflito de Casamança.

As tabancas da zona de Cobiana atraem um grande número de visitantes que vão ali protagonizar rituais aos "irãs" da zona. Estes visitantes acabam por representar uma importante fonte de rendimentos, pela quantidade de oferendas que depositam, ao cuidado das populações locais. Se exceptuarmos este aspecto particular, as actividades e meios de subsistência dos residentes do parque são semelhantes à da maioria das populações rurais do país: agricultura de subsistência, representada sobretudo pelo cultivo de arroz, extracção dos produtos da palmeira, cultivo de pomares (sobretudo caju), pesca e caça. Na parte norte do parque, a proximidade da fronteira senegalesa e da cidade de Zinguinchor fazem com que as actividades comerciais e a exportação de produtos naturais desempenhem um papel importante na economia local.

**Problemáticas de conservação e intervenções prioritárias**

Estudos baseados em mapas produzidos a partir de fotografia aérea e de imagens de satélite indicam que, entre 1956 e 1998, a área de tarrafe na região do PNTC reduziu-se de 29%, as áreas de palmar de *Elaeis guineense* decresceram em 31% e as áreas de floresta reduziram-se em 21% (Vasconcelos et al. 2002). A experiência de anos recentes indica que estas tendências têm vindo a acelerar-se, sobretudo nos meios terrestres e em particular na parte norte do parque. O rápido crescimento demográfico, reforçado pela imigração, em conjunto com a diminuição da produtividade das bolanhas (por falta de chuva), implicam que cada vez mais terras sejam desbravadas para a agricultura itinerante e, mais recentemente, para a instalação de pomares. A procura de recursos, motivada pelos refugiados de Casamança e pelas oportunidades de trocas comerciais com o Senegal, tem vindo a acentuar-se extraordinariamente. O comércio de recursos naturais como a carne de caça, os moluscos, os produtos da palmeira, etc., é uma actividade que conheceu um grande incremento. Vários grandes mamíferos foram já erradicados da região.

Tradicionalmente, e por falta de recursos e dificuldades de deslocação, os quadros do PNTC têm concentrado a sua actividade nos meios terrestres da parte sul do parque. Os mangais e o rio, assim como toda a margem norte, têm funcionado como se não se tratasse de uma área protegida (aliás, não são muitas as pessoas da parte norte que têm consciência da própria existência do PNTC). Na prática, relativamente à margem norte, é improvável que esta situação possa ser invertida. A degradação ambiental e a pressão humana são de tal ordem que não é de admitir que ali se possam manter habitats com um carácter minimamente natural. Por outro lado, o PNTC não pode abdicar da sua missão e razão principal de existir, que é a protecção do tarrafe e do ecossistema estuarino. A sede do parque está convenientemente localizada próximo do porto de Cacheu. É absolutamente indispensável que o IBAP disponibilize a esta AP uma embarcação de vigilância que permita realizar

actividades de fiscalização e monitorização, protegendo o tarrafe da exploração indevida e implementando, em parceria com outras autoridades, um regulamento de actividades piscatórias que proteja efectivamente esta zona de reprodução e crescimento, permitindo, ao mesmo tempo, a actividade das populações locais através de uma pesca pouco depredatória. O excelente trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nos meios terrestres da zona de Cobiana deve ser continuado, mas o centro das atenções e das actividades do parque tem que passar do meio terrestre para o meio estuarino/marinho. Em particular, é urgente a definição de regras claras e a proibição de toda a exploração comercial de madeira ou lenha dos povoamentos de tarrafe. Isto só será possível com um controle regular dos portos de Cacheu e São Domingos, para além de uma vigilância marítima persistente.

Apesar dos excelentes resultados obtidos na região de Cobiana, com a redução da caça por parte de caçadores vindos do exterior, com a realização de queimadas controladas e a diminuição de fogos de grande amplitude, para além dos importantes apoios ao desenvolvimento sustentável (apicultura, horticultura, recuperação de pistas, etc.), a verdade é que se mantêm certas ameaças, como o desbravamento para o m'pampam que, a continuar, acabará por ameaçar a generalidade das manchas florestais ainda em bom estado de conservação.

Finalmente, é de referir a exploração de fosfatos na zona de Farim, que está em fase de arranque, e que poderá vir a afectar o parque se resultar na poluição das águas do rio Cacheu. O mesmo se aplica à exploração de hidrocarbonetos *offshore*. Cabe à hierarquia do IBAP procurar influenciar e criar sinergias junto da Direcção Geral do Ambiente e do Gabinete do Primeiro Ministro, para além do Ministro da Tutela, no sentido de serem implementadas boas práticas e de, se necessário, se encontrarem medidas minimizadoras e compensatórias dos impactos.

**Outras notas**

Os edifícios da sede do PNTC, em Cacheu, encontram-se num estado de degradação apreciável, sendo importante, a prazo, considerar a hipótese de obras ou, preferencialmente, a construção de uma estrutura de carácter definitivo e duradouro.

*Vasconcelos MJ, Mussá Biai JC, Araújo A & Diniz MA 2002. Land cover change in two protected areas of Guinea-Bissau (1956-1998). Applied Geography 22: 139-156.*

## PARQUE NATURAL DAS LAGOAS DE CUFADA

### Caracterização geográfica

Situado na região de Quinara, no sul do país, o Parque Natural das Lagoas de Cufada fica encaixado entre o Rio Grande de Buba e o Rio Corubal. Cobre uma área de cerca de 89 000 ha, a quase totalidade dos quais representam terras emersas, mas inclui também algumas lagoas de água doce (com destaque para a Lagoa de Cufada, cuja superfície varia entre 200 e 600 ha) e parte do Rio Grande de Buba (incluindo vários "braços" deste rio), com uma salinidade variável, mas de forte influência marinha. Junto aos limites do parque situam-se duas cidades: Buba e Fulacunda.

### Situação institucional

Este parque foi criado em Dezembro de 2000, pelo Conselho de Ministros da Guiné-Bissau através do Decreto-lei 12/2000, publicado no Boletim Oficial 49, de 4 de Dezembro de 2000. O PNLC tem um Conselho de Gestão já operacional, estando o regulamento interno e o plano de gestão desta AP ainda em fase de preparação.

### Património Ambiental

A Lagoa da Cufada é a maior lagoa de água doce da Guiné-Bissau. Entre os serviços ecológicos por ela garantidos, salienta-se o papel importante no reabastecimento de lençóis freáticos, assim como o facto de constituir uma fonte de recursos piscícolas não negligenciável para as populações da zona. Em certas épocas do ano, particularmente no final da estação seca, a lagoa acolhe uma comunidade de aves aquáticas que é de relevância internacional. De destacar, são as populações de pelicanos-brancos *Pelecanus onocrotalus*, provenientes da Mauritânia e Senegal, que chegam a juntar mais de 1500 indivíduos, representando uma concentração de grande significado, decisiva na classificação da área como **Sítio Ramsar** (no contexto da convenção internacional sobre as zonas húmidas com o mesmo nome). Também importantes são os números de gansinho-africano *Nettapus auritus*, que, por vezes, ultrapassam o milhar de aves. Outras aves interessantes existentes nesta AP, que estão incluídas na lista vermelha global da UICN (todas com o estatuto de "Quase Ameaçada") incluem o grou-coroado *Balearica pavonina* e o calau-de-coroa-amarela *Ceratogymna elata*.

Grande parte do PNLC está coberto por florestas (incluindo florestas guineenses sub-húmidas) e por savanas arborizadas, intercaladas com algumas lalas. É graças a estas florestas ainda relativamente bem conservadas que encontramos uma fauna de mamíferos de enorme interesse, que inclui, por exemplo, uma dúzia de espécies de ungulados (sendo de destacar o boca-branco *Hippotragus equinus*, o sim-sim *Kobus defassa*, o búfalo *Syncerus caffer* ou o muntum *Cephalophus silvicultor*), leopardos, hienas e 7 ou 8 espécies de primatas, dos quais se destacam o chimpanzé *Pan troglodytes*, que é ainda frequente em toda a área do parque. Também nos pequenos cursos de água e pântanos da floresta encontramos o interessante e pouco conhecido crocodilo-preto *Osteolaemus tetraspis*.

No Rio Grande de Buba e apesar de só uma pequena parte deste ecossistema estar incluído na área protegida, são de destacar as importantes zonas de reprodução de barracudas, que penetram profundamente neste sistema, afastando-se do mar, e constituindo (juntamente com outros peixes, nomeadamente bentanas) importantes recursos haliêuticos. Nesta zona são também frequentes os manatins.

**Comunidades humanas residentes**

Segundo os recenseamentos mais recentes, a população residente no parque conta com 3534 habitantes, repartidos por 33 tabancas. As etnias predominantes são sobretudo a Beafada, mas também Mandinga, Fula, Balanta, Manjaco e Papel.

As populações do parque dedicam-se sobretudo à agricultura (cultivo de arroz de planalto, para além do milho, mancarra, feijão, malagueta) e à instalação de pomares, sobretudo de caju, mas também de laranjas, mangas, bananas e outros (embora muitas das pontas existentes sejam propriedade de indivíduos com residência fora dos limites da AP). A caça e a pesca de subsistência garantem as principais fontes de proteína animal nesta área, onde a criação de animais domésticos tem uma expressão muito reduzida. A pesca faz-se tanto nos rios como na lagoa de Cufada. A colheita de produtos naturais (chabéu, extracção de sal, mel, etc.) também assume um significado importante para as populações residentes.

**Problemáticas de conservação e intervenções prioritárias**

O PNLC defronta-se com desafios enormes no que diz respeito à conservação da sua formidável biodiversidade. A existência, junto aos limites desta AP, de duas cidades (Buba e Fulacunda) em rápido crescimento e de uma pista que as une, atravessando todo o parque, é um factor de pressão muitíssimo gravoso. As populações dessas cidades penetram regularmente na área do parque, quer para fazer agricultura quer para caçar.

O principal problema actual do parque é a desflorestação e as queimadas ligadas à agricultura itinerante. Esta actividade é levada a cabo quer por grupos de indivíduos oriundos de Buba e Fulacunda, quer pelas próprias populações residentes, que se dedicam regularmente ao cultivo do arroz em m'pampam, com evidentes impactos na floresta. A alternativa de cultivo de arroz em bolanha tem tido pouca expressão, embora recentemente esteja a ser dinamizada. Na parte norte do parque existe bastante potencial para este cultivo, ao longo do Corubal. No entanto, existem tabancas sem acesso a zonas de *bas-fond*. A prazo, o sucesso do PNLC depende fortemente de se conseguir impor regras claras e eficazes relativas à conservação da floresta e à agricultura de planalto. É urgente a definição de zonas de reserva integral, que cubram a maior parte da área do parque, onde não sejam permitidas quaisquer actividades que alterem o coberto vegetal natural (proibição total, nessa áreas, de m'pampam, de queimadas e da instalação de pontas com pomares). Só assim será possível manter, a prazo, os principais valores de biodiversidade florestal desta área, incluindo primatas e grandes aves florestais como os calaus-de-coroa-amarela.

Outro problema premente é o da caça. Basta uma curta visita ao parque para observarmos, por exemplo, caçadores que penetram no parque a partir da cidade de Buba. Existem também muitos caçadores residentes nesta AP, e outros que nela entram vindos de pontos mais distantes. É indispensável adoptarem-se regulamentos claros que proíbam o transporte de armas de caça por não-residentes, assim como mecanismos de controlo que impeçam qualquer caça comercial, incluindo aquela realizada por residentes. O impacto que a caça tem tido nesta área é por demais evidente. Hoje em dia é comparativamente difícil observar primatas, mesmo das espécies mais comuns (como o macaco-cão *Papio papio*), comparando com a situação de alguns anos atrás. Várias espécies da grande fauna já desapareceram ou rarearam consideravelmente, como o leão, o mabeco ou o sim-sim. Controlar a caça numa área vasta como o parque, com inúmeros pontos de entrada, quer por terra, quer por via fluvial, será sempre uma tarefa extremamente difícil. Os 7 guardas de parque actualmente existentes são insuficientes para tal tarefa. Este problema não pode ser subestimado, visto que a caça furtiva tem demonstrado ser a causa de inúmeras extinções de mamíferos de médio e grande porte nas AP da África Ocidental. Infelizmente, a caça afecta mesmo os chimpanzés que, embora não sejam consumidos, são vítimas de algum comércio ilegal nesta zona. Também preocupantes são as indicações de actividades de caça às aves aquáticas na Lagoa de Cufada (uma prática recente), o que poderá pôr em causa o valor da zona húmida enquanto área de importância internacional.

A sobre-pesca também afecta o PNLC, tanto nas lagoas de água doce como ao longo do Rio Grande de Buba. Embora exista algum controle, o que é facto é que há um excesso de utilização de grandes redes de emalhar (tipo monofilamento) com capturas excessivas e impactos subsidiários, por exemplo através da captura acidental de manatins. É necessário regulamentar as actividades de pesca na Lagoa de Cufada e implementar esse regulamento (a sobre-pesca afecta os peixes, as populações humanas que deles necessitam e ainda os grandes bandos de pelicanos que conferiram valor a esta zona e que necessitam de peixe para se alimentar). No Rio Grande de Buba existem já certos regulamentos, mas a fiscalização é extremamente deficiente.

A exploração de essências florestais também afecta o PNLC, embora este problema tenha sido controlado com algum sucesso nos anos mais recentes. Ainda assim, a pressão mantém-se, e há que, nomeadamente, vigiar os acessos fluviais ao parque, que podem permitir, por exemplo, a exploração ilegal de cibes.

A proliferação de pontas de caju ao longo da pista Buba-Fulacunda, assim como noutras áreas, é um problema ainda relativamente menor, mas a expansão destas áreas necessita de ser cuidadosamente controlada. Apesar do seu impacto ambiental evidente, há também que considerar que o caju é uma cultura bastante rentável que pode, até certo ponto, compensar restrições à continuação do m'pampam, fornecendo alternativas à população. Mais problemática é a situação em que pessoas não residentes vêm instalar as suas pontas dentro desta AP, pois o potencial de crescimento por parte de investidores do exterior é, teoricamente, ilimitado.

# ANEXO 2

## A Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós

**Apresentação**
A Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós foi classificada pela UNESCO em 1996, a pedido das autoridades da Guiné-Bissau. A reserva cobre a totalidade do arquipélago dos Bijagós, num total de 88 ilhas e ilhéus, a maioria das quais desabitadas, e áreas marinhas adjacentes. A sua população humana residente é de aproximadamente 25.000 habitantes.

No seu conjunto, esta área representa um património natural e cultural verdadeiramente excepcional ao nível do continente africano. A cultura do povo Bijagó, que vive ainda numa estreita ligação (de um ponto de vista prático e místico) com o seu ambiente natural, é um caso raro de autenticidade no mundo actual. O património natural desta área começa pelo excepcional valor das vastas paisagens pouco alteradas, de ilhas e bancos de areia a perder de vista, onde mal se nota a intervenção humana. Do ponto de vista da biodiversidade, basta dizer que neste arquipélago se integram dois parques nacionais (PNO e PNMJVP) e uma Área Protegida Comunitária (Urok), cujos extraordinários valores biológicos foram acima descritos e incluem, por exemplo, extensos mangais em perfeito estado de conservação, praias de desova de tartarugas-marinhas, importantes populações de golfinhos e de manatins. A RBBB corresponde à soma daquelas três áreas e ainda muito mais. A título de exemplo, diga-se que as populações de aves aquáticas migradoras, provenientes da Europa e do Árctico, que invernam na RBBB, contam com mais de 700 000 indivíduos, naquela que é a segunda maior concentração deste grupo animal de todo o continente africano.

**Enquadramento institucional**
Segundo o Comité MAB ("*Man and Biosphere*"), as reservas da biosfera são espaços reconhecidos pela UNESCO, por solicitação das autoridades nacionais, que preenchem um certo número de requisitos ligados à gestão do território para a conservação, o desenvolvimento sustentável e a investigação. Os processos de gestão e as classificações formais desses territórios variam nas diversas nações, ou mesmo de uma Reserva da Biosfera para outra. O Comité "MAB" nacional depende do Ministério da Educação. A Reserva da Biosfera de Bolama-Bijagós corresponde à Região Administrativa com o mesmo nome, com sede localizada em Bolama. A reserva da biosfera tem um zonamento, que foi definido na sequência de estudos detalhados (dos pontos de vista socio-económico, cultural e natural), e de negociações amplamente participadas com as populações do arquipélago. Institucionalmente, a RBBB não constitui uma Área Protegida, de acordo com as definições da Lei-Quadro nacional, nem está provida de decreto de criação. Foram antes algumas das suas zonas centrais, nomeadamente o Parque Nacional de Orango, o Parque Nacional Marinho de João Vieira / Poilão e a Área Marinha Protegida Comunitária de Urok, que já mereceram classificação por parte do Estado, integrando a rede nacional de AP, de que o IBAP se ocupa. A Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós constitui pois um "*label*" e um projecto de gestão e ordenamento do território, a ser assumido pelos diferentes sectores do Estado

com responsabilidades, directas ou indirectas, naquela Região Administrativa. Ao IBAP, cabe facilitar este processo, sempre que para tal seja solicitado, contribuir para a gestão das zonas centrais da reserva já classificadas, propor a classificação de novas áreas, sensibilizar para o desenvolvimento sustentável e apoiar a investigação. É neste contexto que intervém a Casa do Ambiente de Bubaque.

**A Casa do Ambiente e Cultura e o Papel do IBAP**

Desde há uma década que a Casa do Ambiente e Cultura da RBBB, estrategicamente situada no centro funcional (mas não administrativo) do arquipélago, em Bubaque, tem vindo a ser reconhecida pelo seu papel na sensibilização, promoção do debate, centro documental e apoio à investigação nas áreas temáticas ligadas à cultura e ao ambiente dos Bijagós. No quadro do IBAP, e mantendo o espírito de facilitador subjacente à filosofia das Reservas da Biosfera, as funções principais da Casa do Ambiente, e do seu Director, deverão ser:

a) Coordenar as actividades das AP insulares, em particular do PNO e do PNMJVP, facilitando a comunicação, a criação de sinergias, a economia de meios e a uniformidade de abordagens.

b) Promover os contactos com outras instituições (e.g. Governador de Sector e Governador da Região, Fiscalização das Pescas, Ministério do Turismo, Tiniguena, doadores do exterior) e o estabelecimento de parcerias, tanto nacional como internacionalmente.

c) Apoiar, na medida das suas possibilidades e recursos, as actividades das ONG nacionais que intervêm no espaço da RBBB, em particular nas AP, nas suas actividades de promoção do desenvolvimento sustentável, nomeadamente no desenvolvimento de actividades de compensação dirigidas às populações residentes nos Parques Nacionais.

d) Dinamizar a investigação científica, gerir, actualizar e disponibilizar o centro de documentação e conceder apoio logístico para as actividades de pesquisa e o desenvolvimento de projectos no espaço geográfico da RBBB.

e) Constituir o centro de informação e sensibilização cultural e ambiental do arquipélago, tendo um papel activo na organização ou suporte de campanhas de comunicação neste domínio, tirando vantagem da sua localização geográfica privilegiada e desenvolvendo parcerias e projectos conjuntos com a rádio comunitária “Djan-djan”.

f) Participar activamente em todos os debates e processos de planificação que digam respeito ao conjunto da RBBB, velando, em particular, pelos interesses das AP e promovendo os valores de conservação e utilização racional da biodiversidade.

g) Apoiar estudos e processos com vista à eventual classificação oficial de outros núcleos centrais da Reserva da Biosfera (sobretudo ilhéus sagrados), para além das 3 AP já institucionalizadas.

O IBAP deverá resistir à possível tentação de tratar a RBBB como mais uma Área Protegida e de se assumir como responsável pela coordenação das actividades de planeamento, desenvolvimento, vigilância e conservação em toda esta região. Não cabe ao IBAP, a não ser que para isso venha a ser solicitado por decisão superior, garantir o funcionamento da Assembleia da Reserva da Biosfera ou fazer aprovar o seu Plano de Gestão. O IBAP deverá ter um papel activo nestes processos, mas o ordenamento e a gestão da globalidade do território do arquipélago está para além da sua responsabilidade directa.

# Anexo 3

## Pistas para a Definição de Prioridades de Conservação relativamente a Espécies Animais (Globalmente) Ameaçadas

A fauna da Guiné-Bissau, embora ainda relativamente pouco estudada, é muitíssimo rica. Só entre os vertebrados estão recenseadas mais de 1000 espécies (e.g. Vié 2001, Dodman et al. 2004), e muito há ainda por descobrir. Invertebrados existirão, certamente, muitos milhares de taxa. Já entre as plantas superiores, estima-se também a existência de cerca de um milhar de espécies, embora sem qualquer endemismo (Diniz 1999). Cada uma destas inúmeras espécies animais e vegetais autóctones constitui património que merece ser preservado. No entanto, e como é natural, não é sequer possível seguir a evolução populacional e avaliar o grau de ameaça da esmagadora maioria delas. A abordagem utilizada pelo IBAP e seus parceiros concentra-se na conservação de ecossistemas íntegros e funcionais, esperando-se assim que a esmagadora maioria das espécies sobreviva sem uma atenção dirigida.

Apesar disto, as actividades do IBAP não focam exclusivamente ecossistemas, sendo desejável promover intervenções dirigidas a certas plantas ou animais. Isto por quatro ordens de justificações:

(a) existem espécies seriamente ameaçadas de extinção cuja conservação pode depender de medidas específicas a elas dirigidas, sendo a gestão geral dos seus habitats insuficiente;

(b) certas espécies desempenham um papel importante nos sistemas religiosos ou místicos locais;

(c) certas espécies gozam, pela sua força, beleza ou outros atributos, de um prestígio junto dos humanos, cativando a imaginação das populações e das sociedades, para além de atrair apoios externos e de constituírem um atractivo para actividades de eco-turismo; através de programas dirigidos a tais “flagship species”, é mais fácil sensibilizar e implicar as sociedades e alguns financiadores externos, o que não acontece da mesma forma quando se usam argumentos técnicos ligados a conceitos mais abstractos, como a conservação dos ecossistemas.

(d) muitas vezes, é através de programas dedicados a espécies-alvo particulares que é possível monitorizar efectivamente os sucessos e as fraquezas das actividades das AP ou mesmo de instituições como o IBAP.

Seguidamente, apresenta-se um exercício simples de definição de prioridades de conservação para vertebrados (excluindo peixes) com base em critérios que decorrem das considerações expostas acima e ainda de outros factores que discriminamos abaixo. Todo e qualquer sistema de valoração, ou de definição de prioridades, é discutível e envolve um grau de subjectividade considerável. O exercício apresentado representa sobretudo uma base para a discussão. O

que não pode ser ignorado é a necessidade de se estabelecerem prioridades, com base em critérios razoáveis e minimamente consensuais (por ex. Millsap et al. 1990). No caso do IBAP, e dadas as suas limitações de recursos, para além das imensas tarefas ao nível da protecção dos ecossistemas, as prioridades, ao nível das espécies merecedoras de acções específicas, têm que ser em número reduzido e facilmente justificáveis.

Para este exercício de valoração muito simples, utilizaremos 4 tipos de critérios para avaliar cada espécie. No primeiro critério, faz-se uma classificação preliminar que selecciona as espécies passíveis de serem avaliadas e consideradas prioritárias. Seguidamente, atribui-se uma pontuação a cada uma das espécies seleccionadas, relativamente a cada um dos critérios de valoração. Finalmente, somam-se as pontuações e hierarquizam-se as espécies:

(1) grau de ameaça de extinção. São sobretudo os taxa ameaçados, não só nacionalmente, mas sobretudo globalmente, que devem concentrar os nossos esforços. Na verdade, a Guiné-Bissau não dispõem, ainda, de uma lista própria de espécies ameaçadas à escala nacional. A maior parte dos animais e plantas que ocorrem no país têm uma distribuição bastante mais alargada. É pois no contexto internacional que se devem posicionar os principais esforços de conservação. Para simplificar o exercício e seleccionar poucas espécies prioritárias, tomaremos apenas em consideração as espécies globalmente ameaçadas segundo a lista vermelha da UICN (2006) e que tenham um estatuto de ameaça de Vulnerável (VU - 1 ponto), Em Perigo (EN - 2 pontos) ou Em Perigo Crítico (CR - 3 pontos). Eliminam-se desta avaliação todas as espécies Não Ameaçadas (LC), Quase Ameaçadas (NT) ou insuficientemente conhecidas (DD).

(2) capacidade de atrair as atenções do público em geral, dos financiadores e de ecoturístas. Estas são as espécies mais “espectaculares”, quer por serem grandes, fortes, belas, ou por realizarem proezas assinaláveis, como certas migrações ou comportamentos inteligentes, ou ainda por outros factores igualmente subjectivos. Um elefante ou um leão são, invariavelmente, mais atractivos e facilmente reconhecíveis do que um pequeno lagarto ou uma borboleta. A escala de pontuação usada varia de 1 (espécie quase desconhecida do público em geral e pouco atractiva para visitantes ou financiadores) a 3 (espécie por todos reconhecida e de elevado valor simbólico ou de potencial ecoturístico).

(3) praticabilidade de se realizarem acções de conservação especialmente dirigidas a essas espécies. Para certas espécies, são poucas ou nenhumas as acções directas que as poderão beneficiar, para além da conservação geral do seu habitat. Para outras, a conservação é difícil ou mesmo impossível porque os factores de pressão são incontroláveis (por exemplo, mudanças climáticas), ou porque não é possível conservar, na Guiné-Bissau e zonas limítrofes, áreas de habitat suficientemente vastas que possibilitem a manutenção de uma população viável a longo-prazo. Por exemplo, estima-se que para conservar uma população de mabeco *Lycaon pictus com um grau de probabilidade de persistência a longo prazo de apenas 50%*, seja necessário ter uma área de

conservação de 3600 km$^2$ de habitat natural bem conservado, com uma muito escassa intervenção humana (e.g. Woodroffe & Ginseberg 1998, ver também Brashares et al. 2001). Claramente, isto é impossível na Guiné-Bissau dos nossos dias e do futuro que se adivinha. Igualmente, quando se fala de elefantes *Loxodonta africana*, por exemplo, estamos muito longe de ter condições de assegurar uma área que sustente uma população mínima de algumas centenas de indivíduos. Os animais que ainda ocorrem na Guiné-Bissau fazem-no, aparentemente, em número muitíssimo reduzido, sem qualquer viabilidade a médio ou longo-prazo. Por outro lado, existem espécies para as quais existem acções específicas (para além da preservação do habitat) passíveis de melhorar as condições da sua conservação e que ainda têm populações potencialmente viáveis, sem requerimentos de áreas de conservação de dimensão incomportável. A escala utilizada varia de 1 a 3.

(4) possibilidade de essas espécies serem usadas como indicadores para a monitorização e avaliação do funcionamento das AP e das actividades do IBAP. Há espécies cuja monitorização regular e estimativa das tendências populacionais é claramente mais fácil (e.g. primatas, algumas tartarugas-marinhas), ao passo que para outras é virtualmente impossível, com os recursos actuais, uma monitorização minimamente fidedigna (e.g. manatim). Mais uma vez, utilizamos uma escala de 1 a 3.

**Quadro 1**. Espécies de vertebrados (excluindo peixes) que ocorrem na Guiné-Bissau considerados globalmente ameaçados, com categorias de ameaça CR (Criticamente em Perigo), EN (em Perigo) e VU (Vulneráveis).

| **Espécie** | **Critério 1 Lista Vermelha UICN** | **Critério 2 "Reconhecimento público"** | **Critério 3 Praticabilidade de conservação** | **Critério 4 Utilização para monitorização** | **Pontuação para Ranking (soma)** |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | |
| **Chimpanzé** | 2 | 3 | 3 | 3 | 11 |
| **Tartaruga-verde** | 2 | 3 | 3 | 3 | 11 |
| **Colobo-vermelho** | 2 | 2 | 3 | 3 | 10 |
| **Tartaruga-olivácea** | 2 | 2 | 2 | 3 | 9 |
| **Hipopótamo** | 1 | 3 | 3 | 2 | 9 |
| **Manatim** | 1 | 2 | 3 | 2 | 8 |
| **Tartaruga-de-pente** | 3 | 2 | 2 | 1 | 8 |
| **Tartaruga-de-couro** | 3 | 2 | 1 | 1 | 7 |
| **Crocodilo-preto** | 1 | 1 | 3 | 2 | 7 |
| **Leão** | 1 | 3 | 1 | 1 | 6 |
| **Elefante** | 1 | 3 | 1 | 1 | 6 |
| **Mabeco** | 2 | 2 | 1 | 1 | 6 |

| | |
|---|---|
| **Eland** | APARENTEMENTE EXTINTO NA GUINÉ-BISSAU |
| **Grou-de-carúnculas** | APARENTEMENTE EXTINTO NA GUINÉ-BISSAU |

Este exercício simples confirma, em traços gerais, as prioridades que já haviam sido identificadas no quadro do PGZCGB, nomeadamente, uma prioridade máxima às tartarugas-marinhas, aos primatas ameaçados, ao hipopótamo e ao manatim. Abaixo, discutem-se alguns aspectos particulares relativos a estas espécies.

**Chimpanzé** *Pan troglodytes verus*. As populações de chimpanzé estão em rápido decréscimo por toda a África, devido à caça e à destruição do habitat, e a UICN classifica a espécie como estando Em Perigo. Na África Ocidental esta espécie tem vindo a escassear e é possível que a Guiné-Bissau represente um dos principais redutos deste primata. Poucas ou nenhuma outra espécie da fauna do país será tão carismática e com um potencial de atracção de turistas comparável a esta. Por outro lado, esta espécie é comparativamente fácil de monitorizar. A sua conservação a longo-prazo, na Guiné-Bissau, será uma tarefa certamente muito difícil, mas não impossível. As taxas de reprodução muito baixas e as exigências de habitat implicam que esta espécie não possa tolerar pressões como a da caça ou a da transformação da floresta em zonas agrícolas ou em savanas. É pouco credível que, a prazo, o chimpanzé possa sobreviver fora de AP. Uma área como a do Parque Natural da Cufada poderá manter uma população de chimpanzés a longo-prazo, mas só na condição de se manter a grande maioria das áreas florestadas e de se reduzir a pressão cinegética ao mínimo. Por outro lado, uma situação em que apenas restem manchas florestais muito fragmentadas numa matriz de forte presença humana e de actividades agrícolas, levará certamente ao desaparecimento da espécie da Guiné-Bissau. A conservação, ou o desaparecimento, do chimpanzé na Guiné-Bissau será, possivelmente, um dos melhores critérios de avaliação do sucesso da acção do IBAP nas AP continentais. Se for possível conservar o chimpanzé, então é provável que se salvem muitas das outras espécies florestais do país.

**Tartaruga-verde** *Chelonia mydas*. Esta é a tartaruga-marinha mais numerosa nas águas da Guiné-Bissau. A ilha de Poilão acolhe a terceira melhor área de reprodução de todo o Atlântico, e a mais significativa de toda a costa ocidental do continente africano (Catry et al. 2002). Assim, o papel da Guiné-Bissau na conservação desta espécie globalmente ameaçada não é negligenciável. As principais ameaças para este réptil prendem-se com a captura de fêmeas reprodutoras em actividade de desova, a recolha de ovos e, sobretudo, a captura acidental ou intencional com artes de pesca no mar. As ameaças aos ninhos e durante a desova são, comparativamente, fáceis de controlar (veja-se o sucesso na ilha de Poilão), embora em zonas de nidificação dispersa (por exemplo, no PNO) isto seja mais difícil de conseguir. As ameaças no mar são muito mais difíceis de mitigar, pois a área a controlar é vastíssima. No entanto, pode alimentar-se alguma esperança no sucesso, pois as reservas de pesca, tanto no país como no estrangeiro (por exemplo, no Banc d'Arguin, Mauritânia, onde se alimentam muitas das tartarugas que desovam nos Bijagós), reduzem significativamente as capturas destes animais. As tartarugas-verdes são

facilmente observáveis na ilha de Poilão e representam um considerável potencial eco-turístico no arquipélago dos Bijagós.

**Colobo-vermelho** *Piliocolobus badius teminckii*. Tal como todos os primatas estritamente florestais da África Ocidental, este colobo encontra-se ameaçado pela caça e pela desflorestação. Nas áreas onde ainda abunda, este é um macaco fácil de observar, monitorizar e de valorizar enquanto recurso eco-turístico. Onde é mais raro e perseguido, torna-se difícil de encontrar. Na Guiné-Bissau, é provável que esteja em decréscimo acelerado, tal como muitos outros primatas. O facto de poder ocorrer em elevadas densidades (como nalgumas matas de Cantanhez) sugere que poderia ser conservado a longo-prazo, desde que sejam preservadas manchas de floresta contínuas de alguma extensão e livres de pressão cinegética. Embora exequível, este é um objectivo que exigirá medidas muito determinadas para ser atingido, implicando um zonamento de AP com áreas florestais com uma protecção virtualmente integral.

**Tartaruga-olivácea** *Lepidochelys olivacea*. As ameaças que pendem sobre esta espécie são as mesmas que afectam as outras tartarugas-marinhas, com a agravante de que a sua nidificação é muito dispersa, e portanto a protecção em terra é mais difícil de conseguir, exigindo medidas enérgicas, nomeadamente nas praias do PNO. A população da Guiné-Bissau é insignificante à escala mundial, mas ainda assim poderá ser viável, pois provavelmente contará com, pelo menos, algumas centenas de indivíduos (Barbosa et al. 1998). As zonas de alimentação destes animais estão por identificar. Devido à relativa raridade e dispersão da espécie, ela apresenta um reduzido potencial eco-turístico na Guiné-Bissau.

**Hipopótamo** *Hippopotamus amphibius*. O hipopótamo parece ter ainda uma distribuição bastante ampla na Guiné-Bissau, ocorrendo do interior ao litoral e no arquipélago dos Bijagós. Com a excepção do PNM João Vieira / Poilão, onde é acidental, a espécie encontra-se em todas as AP nacionais. É particularmente numeroso no PNO, onde a população total poderá ultrapassar (largamente?) as duas centenas de indivíduos. As principais ameaças a esta espécie prendem-se com a perseguição directa, mas actualmente esta é praticamente inexistente no arquipélago dos Bijagós. Um dos problemas com a conservação do hipopótamo prende-se com os estragos que eles provocam nos campos agrícolas (avaliados em 2.500.000 FCFA no PNO, no ano 2000 [Campos et al. 2001, ver também Lopes 1998]) e nos acidentes ocasionais que resultam em ferimentos e, raramente, mesmo na morte, das pessoas que vivem nas suas proximidades. Esta espécie tem grande potencial a nível turístico e tem um papel nos sistemas de crenças das populações animistas, particularmente dos Bijagós. Por outro lado, é relativamente difícil de monitorizar na maior parte da sua área de ocorrência.

**Manatim** *Trichechus senegalensis*. O manatim é uma espécie largamente distribuída na Guiné-Bissau (Silva & Araújo 2001) e as características ecológicas do país são, aparentemente, excelentes para a possível conservação desta espécie globalmente classificada como Vulnerável. É possível que a população nacional seja significativa em termos internacionais.

As ameaças que pendem sobre esta espécie são sobretudo a captura acidental em artes de pesca e a caça, visto que os seus habitats no país estão ainda relativamente bem preservados. As taxas de reprodução muito baixas tornam este animal muito susceptível à mortalidade de origem antrópica. A conservação do manatim passará por um controle efectivo da sua caça e, sobretudo, da adopção de artes e técnicas de pesca não agressivas (substituição de redes de emalhar por pesca com anzol) nas suas principais áreas de ocorrência. Esta espécie é bastante difícil de observar na natureza, pelo que o seu potencial de funcionar como atractivo para turistas ou como instrumento para a monitorização, embora existente, é consideravelmente limitado. Por outro lado, este grande mamífero marinho é susceptível de funcionar como "flagship species", pois é facilmente reconhecível e capaz de atrair as atenções da comunidade internacional.

**Tartaruga-de-pente** *Eretmochelys imbricata*. Esta tartaruga-marinha é bastante rara na Guiné-Bissau (talvez não mais do que algumas dezenas ou escassas centenas de indivíduos não reprodutores – ver, por exemplo, Barbosa et al 1998, Catry et al. 2002) e a população nacional é insignificante à escala global. Difícil de encontrar, não poderá ser devidamente valorizada em termos de monitorização ambiental ou de eco-turismo, embora possa, juntamente com as outras tartarugas-marinhas, atrair alguma atenção internacional. A problemática da sua conservação é, em linhas gerais, idêntica à da tartaruga-olivácea.

**Tartaruga-de-couro** *Dermochelys coriacea*. Considerada pela UICN como estando em Perigo Crítico, a tartaruga-de-couro sofre das ameaças comuns a todas as tartarugas-marinhas. Na Guiné-Bissau esta espécie é, ao que se sabe, extremamente rara (Barbosa et al. 1998) e, portanto, o seu potencial para valorização e conservação é muito baixo.

**Crocodilo-preto** *Osteolaemus tetraspis*. É o mais pequeno dos crocodilos vivos e francamente mal conhecido. Embora ainda dado como Vulnerável pela UICN, é de admitir, como o fazem alguns autores, que uma avaliação mais detalhada o considere como não ameaçado. A sua área de distribuição é bastante vasta. Na Guiné-Bissau poderá ainda ser frequente, surgindo associado a zonas húmidas temporárias (charcos, ribeiros e pântanos) em habitats predominantemente florestados. A sua conservação depende da preservação das zonas florestais e de um controle da caça (que não sabemos se é significativa na actualidade). Espécie difícil de observar e pouco conhecida, mas apesar de tudo com algum carisma. Certamente possível de conservar, desde que se implementem medidas efectivas de preservação do habitat e de controlo da caça.

**Leão** *Panthera leo*. O leão dispensa apresentações. Onde ocorre, os conflitos com as populações humanas são inevitáveis. Predador de gado e uma ameaça à segurança das pessoas, o leão é fortemente hostilizado. Sofre ainda da transmissão de doenças por parte de animais domésticos, como os cães (p. ex. Kissui & Packer 2004). Na África Ocidental é uma espécie cada vez mais rara e com perspectivas de conservação extremamente sombrias. A possibilidade de conservar este grande predador em AP com significativas populações humanas

residentes parece ser diminuta. Só a criação de uma grande área protegida selvagem, com abundantes grandes mamíferos, é que poderia, eventualmente, garantir a conservação deste animal nas zonas onde ocorre, na região do Boé.

**Elefante** *Loxodonta africana*. É o maior animal terrestre de actualidade e é de todos conhecidos. Embora ainda ocorra na Guiné-Bissau, possivelmente encontra-se já extinto de um ponto de vista funcional, já que a sua diminuta população poderá não ser sequer viável. A conservação do elefante na Guiné-Bissau estaria dependente da criação de uma grande AP transfronteiriça com a Guiné-Conacri (pois os elefantes migram regularmente entre os 2 países) e de medidas de conservação com a preservação de vastos espaços naturais. A possibilidade de isto ser conseguido afigura-se como extremamente improvável.

**Mabeco** *Lycaon pictus*. Segundo inquéritos recentes do IBAP, esta espécie deverá ainda estar presente nalguns sectores do Boé (Cristina Schwarz da Silva, com. pess.). Ainda há alguns anos ocorria muito mais vastamente, por exemplo junto a Bafatá ou na Cufada. O mabeco exige áreas de conservação vastíssimas para poder ser conservado e tem vindo a desaparecer, mesmo em grandes AP da África oriental com um levado grau de protecção e com uma rica comunidade de mamíferos de médio e grande porte. A possibilidade de se conseguir conservar esta espécie na Guiné-Bissau é meramente teórica (ver referências citadas acima).

**Tubarões, raias e outros peixes**

Os peixes não foram incluídos no exercício acima, sobretudo pelo grande desconhecimento que temos sobre as suas populações e distribuição nas águas da Guiné-Bissau. No entanto, é evidente que eles merecem também a atenção do IBAP, até porque é elevado o número de espécies severamente ameaçadas. Os peixes cartilagíneos (tubarões, raias, peixes-serra), em particular, são vítimas de um esforço de captura dirigido na região e por todo o mundo, em grande parte devido ao elevadíssimo valor comercial das suas barbatanas (que são exportadas para a Ásia). Estes animais são incapazes de suportar esta pressão da exploração comercial, sobretudo porque, na generalidade, têm um potencial de renovação dos stocks muito baixo (causado por longos períodos de crescimento até à maturação e por uma baixa fecundidade). Em baixo, apresenta-se a lista de espécies ameaçadas que ocorrem nas águas da Guiné-Bissau. Algumas destas espécies, como o tubarão-baleia *Rhincodon typus* ou o atum da espécie *Thunnus obesus* são altamente pelágicas e claramente ocorrem fora da área de intervenção do IBAP e das AP. No entanto, muitas outras são litorais e habitam as AP marinhas do arquipélago dos Bijagós. A adopção de políticas de protecção rigorosas nestas AP marinhas poderá ser determinante para a conservação de algumas espécies ameaçadas. É interessante e triste notar que mesmo alguns habitantes das ilhas de Orango reconhecem que os peixes-serra *Pristis* spp., que dantes ali se encontravam e que fazem parte da mitologia local, parecem já ter desaparecido da região do PNO.

**Quadro 2**. Lista de peixes ameaçados (incluindo as categorias VU, EN e CR) que se pensa ocorrerem nas águas da Guiné-Bissau.

| Espécie | Estatuto Livro Vermelho da UICN |
|---|---|
| **Tubarão *Carcharhinus signatus*** | Vulnerável |
| **Tubarão *Carharhinus longimanus*** | Vulnerável |
| **Tubarão *Galeorhinus galeus*** | Vunerável |
| **Tubarão *Charcharias taurus*** | Vulnerável |
| **Tubarão *Isurus pancus*** | Vulnerável |
| **Tubarão *Rhincodon typus*** | Vulnerável |
| **Peixe-serra *Pristis pectinata*** | Em Perigo Crítico |
| **Peixe-serra *Pristis perotteti*** | Em Perigo Crítico |
| **Peixe-serra *Pristis pristis*** | Em Perigo Crítico |
| **Raia *Rhynchobatus luebberti*** | Em Perigo |
| **Raia *Rostroraja alba*** | Em Perigo |
| | |
| **Peixe-porco *Balistes vetula*** | Vulnerável |
| **Mero *Epinephelus itajara*** | Em Perigo Crítico |
| **Mero *Epinephelus marginatus*** | Em Perigo |
| **Atum *Thunnus obesus*** | Vulnerável |
| | |

**Nota final**: as listas e a hierarquização apresentadas acima são, inevitavelmente, provisórias. Por um lado, como foi dito, o peso e aplicação dos diferentes critérios é discutível e passível de revisão a todo o momento. Por outro lado, a evolução da realidade do terreno fará com que certas espécies se extingam e saiam das listas enquanto outras (actualmente ainda pouco ameaçadas) irão rareando e passarão a delas constar. Finalmente, numa nota mais optimista, também poderemos prever que, graças ao sucesso dos esforços globais de conservação, algumas espécies ameaçadas deixarão de o ser, a médio ou a longo prazo.

**Referências**


Barbosa, C., Broderick, A. & Catry, P. 1998. Marine turtles in the Orango National Park (Bijagós Archipelago - Guinea-Bissau). *Marine Turtle Newsletter* 81: 6-7.

Brashares JS, Arcese P & Sam 2001. Human demography and reserve size predict wildlife extinction in West Africa. *Proc. R. Soc. London B* 268: 2473-2478.

Campos A, Monteiro H, Soares J & Catry P 2001. O Hipopótamo no Parque Nacional de Orango. UICN, Bissau.

Catry, P., Barbosa, C. Indjai, B., Almeida, A., Godley, B.J. & Vié, J.C. 2002. First census and conservation of the green turtle at Poilão, Bijagós Archipelago (Guinea-Bissau); the most important nesting colony on the Atlantic coast of Africa. *Oryx* 36: 400-403.

Diniz, M.A. 1999. Guiné-Bissau. Diversidade vegetal e sua conservação. Garcia de Orta, Sér. Bot. 14 (2): 35-45.

Dodman, T., Barlow, C., Sá, J. & Robertson, P. 2004. Zonas importantes para as aves na Guiné-Bissau. *Wetlands International*, Dakar; GPC/ODZH, Bissau.

Kissui BM & Packer C 2004. Top-down population regulation of a top predator: lions in the Ngorongoro Crater. *Proc R Soc London B* 271: 1867-1874.

Lopes, A. 1998. Estudo da população de hipopótamos no Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu e zonas adjacentes de Suzana e Varela. UICN, Bissau.

Millsap BA, Gore JA, Runde DE & Cerulean SI 1990. Setting priorities for the conservation of fish and wildlife species in Florida. *Wildlife Monographs* 111: 1-57.

Silva M & Araújo A 2001. Distribution and current status of the West African manatee (*Trichechus senegalensis*) in Guinea-Bissau. Marine Mammal Science 17: 418-424.

Vié, J-C. 2001. Liste systématique des vertébrés de Guinée-Bissau. IUCN, Bissau.

Woodroffe, R. & J.R. Ginseberg 1998. Edge effects and the extinction of populations inside protected areas. Science 280: 2126-2128.

# Anexo 4

## Breve nota sobre o historial dos inventários da biodiversidade, da planificação costeira e da criação da rede de AP

Foram muitas as actividades e os intervenientes que permitiram que chegássemos à situação actual na Guiné-Bissau, com uma rede de 5 AP oficiais, não contando com a Reserva da Biosfera.

Desde tempos imemoriais que as diferentes etnias da Guiné-Bissau desenvolveram práticas, frequentemente integradas no sistema de crenças e rituais sagrados, que contribuíram para a gestão do espaço e dos recursos. Em tempos modernos, a consciencialização dos problemas ambientais na Guiné-Bissau iniciou-se nos anos 1970, com o decréscimo da pluviosidade e respectivos impactos nos sistemas de produção agrícola.

No início da década de 80 foram feitos os primeiros estudos de carácter ambiental, nomeadamente o levantamento florestal da Guiné-Bissau. Em 1988, o Ministério de Agricultura, por meio de sua Direcção Geral das Florestas e Caça (DGFC) inicia o projecto Planificação Costeira, com apoio técnico e científico da UICN e financeiro da DDC (Confederação Helvética). Este projecto tinha como objectivo promover o desenvolvimento durável do país, em particular da zona costeira. Nesse quadro foram realizados:

- O inventário faunístico com assistência do CECI (Centro Canadiano de Estudos e Cooperação Internacional), cujo resultado permitiu a elaboração de uma proposta preliminar de criação de uma rede de AP para a parte continental da Guiné-Bissau
- A elaboração da primeira proposta de zonagem ecológico-económica e planificação da zona costeira, propondo a criação de quatro parques nacionais, uma reserva de biosfera no Arquipélago dos Bijagós, reservas florestais e a gestão sustentável dos recursos naturais pelas populações tradicionais.
- Um segundo inventário, especifico ao Arquipélago de Bijagós, apoiado também pela CECI, UICN e DGFC, que resultou numa proposta de zonamento e de plano de gestão da Reserva de Biosfera do Arquipélago dos Bijagós.

Em 1991, foi concluído o estudo socio-económico do Arquipélago dos Bijagós, realizado pelo PNUD (Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento) e INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa). Nesse mesmo ano, a UICN, DGFC e o CECI, por meio da planificação costeira, propõem o reconhecimento da Região Bolama-Bijagós como reserva da biosfera com uma proposta de zonagem preliminar e a criação do Parque Nacional das Ilhas de Orango, com extensão até o ilhéu de Poilão.

Em 1992 o Gabinete de Planificação Costeira, com o apoio da UICN, inicia um complexo processo de negociação com a população local e as autoridades oficiais e tradicionais com vista à criação do Parque Nacional de Orango e do Parque Natural dos Tarrafes de Rio Cacheu.

Em 1996, o governo da Guiné-Bissau submete a proposta de reconhecimento da Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós, que é aprovado pela UNESCO.

Em 1997 é criado o Parque Nacional de Orango, o Parque Natural das Lagoas de Cufada e o Parque Natural dos Mangais do Rio Cacheu, embora os respectivos decretos acabassem por só ser publicados no ano 2000, em parte devido ao conflito político-militar com início em 1998. Posteriormente, também em 2000, foi criado o Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão.

Já em 2005, foi criada a Área Protegida Comunitária de Urok, abarcando as ilhas de Formosa, Nago e Tchediã, que compõem uma das zonas centrais da Reserva de Biosfera do Arquipélago dos Bijagós. Este conceito de área protegida comunitária foi significativamente reforçado no último Congresso Mundial dos Parques, realizado em Setembro de 2003, em Durban, África do Sul, enfatizando o papel das populações locais como agentes de conservação e principais beneficiárias do processo de criação e gestão de AP.

É necessário sublinhar que, a partir do início dos anos noventa, todas estas acções foram fortemente apoiadas por ONG nacionais, sem as quais os resultados certamente estariam bem aquém dos actualmente alcançados.

# Anexo 5

## Relatório síntese do atelier de planificação estratégica do Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas

Com o objectivo de fazer face aos problemas prementes da conservação e da gestão da Biodiversidade e das Áreas Protegidas o Governo da Guiné-Bissau criou em Dezembro de 2004, sendo oficializado através do Decreto nº 2/2005, do art. 100º da Constituição, o Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, adiante designado por IBAP.

O IBAP, enquanto estabelecimento público, foi atribuído o seguinte mandato:

a) Propor, coordenar e executar a política e as acções concernentes à biodiversidade e às AP em toda a extensão do território nacional;

b) Promover e salvaguardar os ecossistemas, a biodiversidade e as AP e promover, por todos os meios humanos e técnicos disponíveis, a utilização social e económica durável destes recursos dentro do território nacional, incluindo os cursos de águas continentais e marinhas.

Para o cumprimento efectivo do seu mandato o IBAP carecia até então duma Estratégia de Intervenção. A realização deste atelier, que ocorreu de 25 a 27 de Setembro de 2006 na Escola de Artes e Ofícios do bairro de Quelélé junto a ONG Nacional Acção para o Desenvolvimento (AD), visa colmatar esta lacuna. Este evento contou com a participação de parceiros estatais, Organizações Não Governamentais nacionais e estrangeiras e parceiros operacionais do IBAP.

O acto solene de abertura foi presidido pela Sua Excia Senhor Dr. Aristides OCANTE DA SILVA, Ministro dos Recursos Naturais. A explanação deste digníssimo governante centrou-se em dois aspectos principais: (i) Abordagem sobre a situação actual das AP e da Biodiversidade, fazendo alusão à diferentes Convenções, tais como a CBD, CITES, Quito, Mudanças Climáticas, entre outras; (ii) Analise retrospectiva de todo o processo relativo a dinâmica da criação e de desenvolvimento institucional da conservação e gestão da BD e das AP's. Destacando-se o papel preponderante da UICN e do Gabinete da Planificação Costeira assim como de outros parceiros e actores nacionais e internacionais. Em função destas analises, o Ministro concluiu lançando um desafio que visa um projecto global de actualização de dados sobre os recursos naturais do país. Para o tutelar da pasta dos RN, estes dados poderão assim servir de suporte reais e fiáveis para as estratégias futuras.

Terminado a sua alocução, deu por aberto este seminário.

Para enquadrar a parte técnica deste encontro, seguiu-se a uma apresentação resumida da proposta dos COMPONENTES e DIRECTRIZES DE UMA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA IBAP, COMPILADOS PELO CONSULTOR. Esta apresentação foi feita pelos Drs. Alfredo Simão da Silva e Justino Biai, Director Geral e Encarregado do Programa do IBAP, respectivamente.

O documento é composto por sete seguintes componentes:

1. Fortalecimento Institucional, Financeiro e Jurídico,
2. Conhecimento da Biodiversidade,
3. Conservação da Biodiversidade,
4. Utilização Sustentável dos componentes da Biodiversidade,
5. Monitorização, Avaliação, Prevenção e Mitigação de Impactes sobre a Biodiversidade,
6. Acesso aos Recursos Genéticos e aos Conhecimentos Tradicionais associados e a Repartição de Benefícios e
7. Educação, Sensibilização Publica, Informação e Divulgação sobre a Biodiversidade.

Foi ressaltado consensualmente em plenária que o documento concebido pelo Consultor é efectivamente o resultado dos contactos e das consultas efectuados. Entretanto, o melhor enquadramento do mesmo seria facilitado com a apresentação prévia do mandato e das atribuições do IBAP. Esta exigência metodológica foi então satisfeita pelo Director do IBAP, criando assim condição favorável para o prosseguimento dos trabalhos.

Após o acto oficial de abertura, a apresentação da compilação e o mandato do IBAP seguiu-se uma fase de apreciação em plenária do contexto actual da conservação e gestão da biodiversidade, permitindo dar o enquadramento do trabalho do Consultor. As intervenções centram-se nos três seguintes aspectos principais:

(i) Importância da Biodiversidade para a economia do país
(ii) Desafios de desenvolvimento e impactes de diferentes sectores económicos sobre a Biodiversidade
(iii) Mecanismos de financiamento durável para a conservação da BD, gestão das AP's e o desenvolvimento sustentável das comunidades locais e do país.

De seguida foram formados três grupos de trabalho, mandatados para elaborarem, em função das atribuições do IBAP, a Visão, Missão e a Identidade desta instituição. Metodologicamente, cada um dos grupos constituídos numa base aleatória, identificaram primeiramente todas as palavras-chaves e relevantes que poderão ser tomadas em consideração na definição destas componentes da Planificação Estratégica. Depois da restituição em plenária dos trabalhos de grupo e tendo em conta as contribuições e comentários dos participantes, solicitou-se a uma equipa restrita, cujas propostas foram novamente discutidas, obtendo finalmente as seguintes reformulações:

## Visão:

A biodiversidade da Guiné-Bissau é conservada de forma sustentável em benefício do desenvolvimento das gerações presentes e futuras.

## Missão:

Gerir de forma participativa e eficaz as AP e os recursos estratégicos da biodiversidade, valorizando os conhecimentos científicos e saberes tradicionais, favorecendo sinergias e parcerias ao nível local, regional e internacional.

## Identidade:

### Princípios:

Centro de excelência para a biodiversidade:

- Rigor Cientifico
- Durabilidade
- Descentralização
- Parceria
- Comunicação
- Flexibilidade
- Capacidade de fazer face ao desafios e agarrar as oportunidades

### Valores:

- Credibilidade
- Transparência
- Equidade
- Solidariedade com as gerações futuras (Património comum).

O segundo dia de trabalho foi consagrado a definição e análise em grupo, do quadro das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA), visando avaliar as potencialidades e oportunidades e detectar problemas, suas causas e as ameaças face aos objectivos e à missão do IBAP. A análise do quadro FOFA e as contribuições do 3º dia de trabalho, relacionado com a definição de Indicadores, permitiu assim aos diferentes grupos apresentar os elementos da estratégia do IBAP, como abaixo se segue: quadro.

## Proposta de síntese : Objectivos estratégicos

***Objectivo 1 : Reforço da gestão da rede de áreas protegidas***

- Reforçar das capacidades técnicas e dos recursos humanos
- Reforço das instituições e das parcerias (com os serviços técnicos: Florestas e caca, agricultura, turismo, comunidades locais, etc.)
- Reforço da integração intersectorial
- Consolidação e implementação de planos de gestão e instrumentos jurídicos/legislativos e de regulamentação
- Apoio às actividades económicas alternativas
- Consolidação da rede das AP através de propostas de criação de novas AP

***Objectivo 2 : Conhecimento e valorização da biodiversidade***

- Seguimento das espécies ameaçadas emblemáticas ou com importância económica
- Apoio cientifico à valorização das espécies e ecossistemas de com importância económica e cultural
- Promoção da pesquisa e da comunicação cientifica sobre as espécies e os ecossistemas
- Identificação de novas prioridades de conservação
- Promoção de novas formas de conservação das espécies e dos ecossistemas
- Comunicação sobre o papel e a importância da biodiversidade

***Objectivo 3: Reforço Institucional***

- Criar condições para o financiamento durável (fiscalidade local, parcerias, inscrição no ornamentado Estado, apoio à criação da fundação para a biodiversidade)
- Elaboração e implementação duma política dos recursos humanos
- Consolidar e alargar as parcerias regionais e internacionais

**RESULTADOS DO ATELIER**

Partindo do Mandato e das atribuições do IBAP, os participantes deste seminário conseguiram definir a Missão, Visão e Identidade desta instituição pública.

Este atelier permitiu dum lado identificar as grandes potencialidades e oportunidades a elas associadas, e por outro lado, evidenciar os principais problemas e ameaças assim com fraquezas relacionadas a conservação da biodiversidade, a gestão participativa das AP's e ao desenvolvimento sustentável e equitativo das comunidades locais.

Os resultados acima permitiram a recolha de elementos chaves para a elaboração da Estratégia de Intervenção do IBAP.

Em traços gerais, o atelier permitiu ainda, juntar a mesma mesa, instituições públicas, organizações parceiras nacionais e estrangeiras, afim de reflectir em conjunto a problemática da conservação, gestão e desenvolvimento durável.